

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UMA ABORDAGEM SOBRE
PERÍCIA CONTÁBIL E SEU PLANEJAMENTO

Eduardo Sarmento

Florianópolis, novembro de 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UMA ABORDAGEM SOBRE
PERÍCIA CONTÁBIL E SEU PLANEJAMENTO

**Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Departamento de Ciências Contábeis, do
Centro Sócio-Econômico, da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel
em Ciências Contábeis.**

Eduardo Sarmento

Orientador: Professor Alexandre Zoldan da Veiga


Florianópolis, novembro de 2000.

UMA ABORDAGEM SOBRE PERÍCIA CONTÁBIL E SEU PLANEJAMENTO

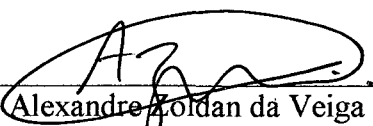
EDUARDO SARMENTO

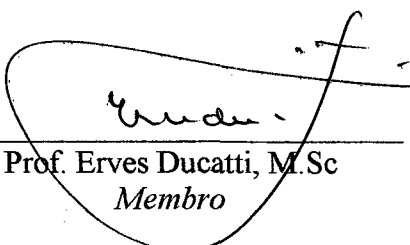
Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 7,0 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo denominados.

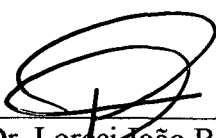
Florianópolis, outubro de 2000.


Prof. Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que Compuseram a banca examinadora:


Prof. Alexandre Zoldan da Veiga
Presidente


Prof. Erves Ducatti, M.Sc
Membro


Prof. Dr. Loreci João Borges
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, João (In Memoriam), por mostrar bons caminhos, na vida.

A minha mãe, Cecília, pela educação e proteção.

Aos meus irmãos Tonio, Marcos e Márcio pelo incentivo.

Ao Professor Alexandre Zoldan da Veiga, pelo apoio.

Aos meus amigos da USFC, Warner e Juvenal pelo companheirismo.

E a todos aqueles que me desejam o bem, em especial Alexandre e Giselle.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vi
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	01
1.1 Considerações Iniciais.....	01
1.2 Formulação do Problema	02
1.3 Objetivos	02
1.3.1 Objetivo geral	02
1.3.2 Objetivo específico.....	03
1.4 Justificativa.....	03
1.5 Metodologia da Pesquisa.....	04
1.6 Organização do Estudo	05
CAPÍTULO II	
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	07
2.1 Conceituação de Perícia	07
2.2 Perícia Contábil	07
2.2.1 Definição	08
2.2.2 Objetivos.....	08
2.2.4 Aplicação	10
2.2.5 Espécies	12
2.2.6 Procedimentos para execução da perícia.....	13
2.2.7 Apresentação do resultado da perícia - o laudo	16
2.2.8 Planejamento da perícia contábil	22

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO REAL - PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL..... 29

 3.1 Identificação 29

 3.2 Laudo 30

 3.3 Comentários sobre o Resultado da Perícia..... 31

 3.4 Planejamento Adotado..... 31

CONCLUSÃO 35

BIBLIOGRAFIA..... 36

ANEXOS 38

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral o estudo de uma das técnicas da contabilidade a perícia contábil. A perícia contábil é uma das especialidades da contabilidade, e seu objetivo é buscar a verdade sobre os efeitos do patrimônio das entidades. A perícia contábil é uma técnica e os métodos que ela tem para execução do trabalho pericial são os procedimentos: de avaliação, de exame, de vistoria, de indagação, do arbitramento, da investigação e da certificação. Este estudo teve como problemática o planejamento necessário a execução dos citados procedimentos, com intuito de agilizar o trabalho pericial. Plano este que deve focar os seguintes aspectos: conhecimento da questão e dos fatos; levantamentos dos recursos; cumprimento de prazos; verificação da necessidade de auxílios e das dificuldades de acessos aos dados. A perícia contábil se aplica nas situações onde há necessidade de se provar ou constatar a verdade sobre fatos inerentes à contabilidade, como por exemplo: 1) avaliações, verificações e apuração de haveres; 2) análise de valores patrimoniais; 3) exame, análise e identificação de erros ou fraudes na contabilidade. As espécies de perícia contábil podem ser: a perícia judicial, a perícia semijudicial, a perícia extrajudicial e a perícia arbitral. Para apresentação do resultado da perícia utiliza-se um instrumento em forma de relatório qual se denomina laudo pericial contábil. Ele é materialização do trabalho pericial e muitas vezes a prova que o julgador precisava para firmar a sentença. Nos trabalhos em perícia contábeis é relevante identificar bem o objetivo, planejar o trabalho e ter cautela na conclusão.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

É inerente da condição humana a busca do saber, e este se adquire através das ciências sejam elas naturais, físicas ou sociais. As ciências sociais estudam os fenômenos resultante da convivência humana. E entre elas caracteriza-se a contabilidade como ciência social, a qual se ocupa de fatos humanos, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram ao patrimônio, em face das ações humanas.

A contabilidade tem como objeto o patrimônio e seu objetivo fundamental é informar sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pela entidade.

No entanto a aplicação dos conhecimento em contabilidade se realizam por meio de técnicas tais como a da escrituração, a da análise, a de custo e também a da perícia contábil.

A perícia contábil assim como outras perícias é um importante instrumento de auxílio a justiça, pois sua finalidade é trazer a verdade cientificamente demonstrada, de modo a propiciar ao magistrado a prova substancial que precisava para tomar a decisão.

Hoje na busca da verdade, os juizes tem privilegiado a prova pericial, por serem estas expressas com base em conhecimentos técnicos ou científicos. E neste contexto situa-se a perícia contábil, por ser considerada uma técnica da ciência contábil e com suporte nas Normas Brasileira de Contabilidade, principalmente após a edição da NBCT-13 que

trata da perícia contábil, norma esta que orientar o contador a executar os trabalhos periciais por procedimentos técnicos, com o objetivo de ter no laudo pericial contábil, uma peça técnica a qual pode servi ao magistrado como prova pericial.

Em situações extrajudicial a Perícia Contábil é o instrumento apropriado nos casos de suspeitas de desvios financeiros ou patrimoniais, ocultos por má fé, erro ou fraude na contabilidade, sobre determinado setor ou mesmo em relação ao conjunto das atividades desenvolvida pela empresa.

1.2 Formulação do Problema

De acordo com as Normas Brasileira de Contabilidade - NBC-T-13, "perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de laudo sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação.

Os procedimentos técnicos da perícia devem ser executados com máxima cautela, para que o laudo não se reduza a uma falsa prova, levando a uma opinião errônea, com lesão ao direito de terceiros. E a melhor forma de cautela é planejar.

Vê-se com isso que o planejamento é um importante instrumento ao desenvolvimento do trabalho pericial contábil.

Sendo assim este estudo apresenta como problemática a seguinte questão:

Como se configura o planejamento na realização da perícia contábil?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Objetivo geral deste trabalho é estudar a configuração do planejamento na realização da perícia contábil.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos que se pretende alcançar com o presente estudo, são:

- Expor conceitos e objetivos da perícia contábil.
- Apresentar situações de aplicação da perícia contábil.
- Situar a perícia contábil como uma das técnicas da contabilidade.
- Expor os procedimentos para execução da perícia contábil.
- Analisar o planejamento em perícia contábil.

1.4 Justificativa

A Perícia Contábil é instrumento apropriado para trazer aos ordenamentos decisórios, judicial ou extrajudicial a verdade cientificamente demonstrada, é a aplicação da Ciência Contábil expressa de modo especial. Seu estudo possibilita uma avaliação da própria ciência contábil, pois esta é um dos melhores instrumentos de prova de fatos econômico-financeiros.

Neste sentido verifica-se a importância do estudo do tema Perícia Contábil para própria ciência contábil, pois sendo a Perícia Contábil um dos melhores instrumentos de prova de fatos econômico-financeiros, proporciona ao acadêmico em Ciências Contábeis interessado no assunto, ter a possibilidade de verificar uma forma de aplicação da contabilidade.

O interesse pelo tema Perícia Contábil faz que o profissional tome consciência de sua responsabilidade, pelo fato de que o trabalho em perícia envolver uma função de auxiliar da justiça, e esta é um dos pilares da sociedade.

Pode contribuir também no sentido de esclarecer alguns conceitos e servir de base para consultas futuras sobre o assunto pertinente e quem sabe, despertar o interesse de outros acadêmicos a se aprofundarem trazendo também na qualidade de pesquisadores ou cientistas, novas proposições, novos argumentos, novos conceitos que venham contribuir substancialmente à matéria em questão.

Por ser a Perícia um instrumento importante no auxílio da justiça, pode esta pesquisa contribuir para a sociedade de forma geral, pois aprimorando ou esclarecendo as funções da Perícia Contábil estará ela contribuindo a justiça e consequentemente fazendo com que ela preste melhores serviços a sociedade.

O presente trabalho justifica-se ainda pela necessidade de obtenção de conhecimentos na forma de pesquisador de temas de interesses de atividade acadêmica através das técnicas de metodologia científica. Sendo assim, objetiva-se incentivar o acadêmico a ser, não só mais um contador, mas um pesquisador e questionador para a busca do engrandecimento da Contabilidade como Ciência.

1.5 Metodologia da Pesquisa

Para o desenvolvimento de uma monografia são necessários estudar diversos métodos, que em conjunto conduzem a um determinado caminho em busca de um resultado.

Segundo LAKATOS (1989, p. 150): "Monografia é o primeiro passo da atividade científica do pesquisador".

Trata-se de um estudo, através de uma pesquisa, sobre um determinado tema específico que tenha um valor representativo.

Toda metodologia bem aplicada faz uso de técnicas de pesquisas condizentes com o tipo de estudo em questão, implicando na coleta e levantamento de dados de variadas fontes, como toda obra publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir que suas pesquisas lhe possibilitem executar uma posterior análise.

A metodologia a ser aplicada neste trabalho científico, será uma pesquisa bibliográfica pois, aqui faz-se uma relação com o conceito de VERGARA (1990, p. 30), que diz: "a pesquisa descritiva significa uma exposição das características de determinado fenômeno, podendo haver uma correlação entre os fatores de definição da natureza de tais correlações".

Como técnicas de levantamento de dados, optou-se pela pesquisa bibliográfica e análise documental.

A análise documental, diz respeito à pesquisa em documentos, os quais podem ser encontrados em duas fontes, conforme LAKATOS (1982; p. 34): "a) fontes primárias: arquivos públicos e particulares, estatísticas oficiais, censos etc.; b) fontes secundárias: obras e trabalhos elaborados, jornais, revistas e outros".

A primeira etapa, referente a pesquisa, consiste no exame de uma lista com indicações bibliográficas sobre Perícia Contábil, fazendo em seguida uma seleção das obras que foram objetos de leituras e anotações. Após essa seleção fez-se uma leitura prévia que possibilita a primeira escolha das obras que passarão para a leitura seletiva. Na leitura seletiva foram localizadas as obras, capítulos ou partes que contém informações úteis para o trabalho em questão.

Além da bibliografia especificada neste projeto, utilizou-se modelos de laudo pericial contábil e outros documentos que se fizeram necessários.

Para melhor compreensão do assunto utilizou-se uma situação real de trabalho pericial contábil.

1.6 Organização do Estudo

O presente trabalho será dividido em três capítulos, a fim de facilitar o entendimento do mesmo.

No capítulo primeiro é apresentado: a problemática deste estudo, os objetivos que se pretende alcançar, a metodologia empregada e a organização do estudo.

O segundo capítulo compreenderá a revisão literária, dividido em duas partes. Na primeira, será definido através de conceitos o termo perícia. Na segunda será abordado o assunto perícia contábil de forma a se conhecer: definições, objetivos, aplicações, espécies, os procedimentos, o laudo e o planejamento dos trabalhos em perícia contábil.

No terceiro capítulo será apresentado uma situação real de perícia contábil

judicial, na qual será enfocado o planejamento.

Por fim será apresentada a conclusão do presente estudo e recomendações para uma futura pesquisa, bem como a bibliografia utilizada e os anexos que compõem esta monografia.

CAPÍTULO II

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Conceituação de Perícia

Segundo, ALBERTO (1996, p.19) "perícia é um instrumento especial de constatação, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos."

De acordo com SÁ (1994, p. 14) "a expressão perícia advém do latim: Peritia, que em seu sentido próprio significa conhecimento (adquirido pela experiência), bem como Experiência".

Segundo GOMES (1977, p. 51) "perícia nada mais é do que uma pesquisa que exige uma razoável gama de conhecimento técnicos, científico ou artísticos".

Conforme MAGALHÃES (1995, p. 14) "entende-se por Perícia o trabalho de notória especialização feito com o objetivo de obter prova ou opinião para orientar uma autoridade formal no julgamento de um fato".

Conforme visto pode se dizer que perícia é um instrumento de auxílio a alguém que precisa tomar uma decisão. Instrumento este que deverá ser realizado por alguém que tenha amplos conhecimento no assunto em questão.

2.2 Perícia Contábil

Compreende-se que a perícia contábil é uma técnica da Contabilidade, e comisso vê-se importante esclarecer o termo técnica.

A técnica conforme LAKATOS (1990, p. 171) "é um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência ou arte; é habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção dos seus propósitos".

2.2.1 Definição

Constata-se em ALBERTO (1996, p.46) que: "(...) perícia será de natureza contábil sempre que recair sobre elementos objetivos, constitutivos, prospectivos ou externos, do patrimônio de quaisquer entidades, sejam elas físicas ou jurídicas, formalizadas ou não, estatais ou privadas, de política ou de governo".

E confirma em MAGALHÃES (1995, p.21) que diz: "(...) a perícia se faz oportunamente, isto é quando houver necessidade de testemunhar a existência e o estado de elementos patrimoniais e situações do direito e/ou econômico-jurídicas".

Para conceituar Perícia Contábil cita-se SÁ (1997, p. 14): "Perícia Contábil é verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião".

As razões para a formação do conceito de perícia contábil, SÁ (1997, p. 14) cita que: "a) a necessidade de se conhecer uma opinião de especialista em contabilidade sobre uma realidade patrimonial, em qualquer tempo, em qualquer espaço, qualitativa e quantitativamente, em causas e efeitos; b) o exame do especialista sobre o que deseja conhecer como opinião".

2.2.2 Objetivos

A função pericial objetiva gerar informações fidedignas. É a informação esclarecedora do perito que orienta. Em outros casos, é a opinião ou parecer desse profissional que habilita a decisão sobre a matéria.

A perícia contábil tem por objeto central as questões contábeis relacionadas com as causas, as quais devem ser verificadas, e por isso, são submetidas à apreciação

técnica do perito contábil.

Segundo SÁ (1997, p. 18): "vários são os fins para quais se pode requerer uma perícia, mas, como prova que ela vai ser, é preciso que se baseie em elementos verdadeiros e competentes.

Conforme ALBERTO (1996, p. 50): "a perícia contábil tem por objetivo, a constatação, prova ou demonstração contábil da verdade real sobre seu objeto, transferindo-o, através de sua materialização - o laudo -, para o ordenamento da instância decisória, judicial ou extrajudicial".

Constata-se em SÁ (1997, p. 15): "que o caráter fundamental desta técnica é possuir um objeto determinado, gerando uma opinião abalizada em contabilidade".

Segundo GOMES (1994, p. 31) "são caracteres essenciais da perícia contábil: a) limitação da matéria; b) pronunciamento adstrito à questão ou questões propostas; c) metuculoso e eficiente exame de campo prefixado; d) escrupulosa referência à matéria periciada; e) imparcialidade absoluta de pronunciamento".

Os objetivos específicos de acordo com ALBERTO (1996, p. 51) elencou os seguintes:

a) a informação fidedigna (exemplo de objeto: relação de vendas efetivas de produtos sujeito contratualmente a pagamento de royalties);

b) a certificação, o exame e a análise do estado circunstancial do objeto (exemplo de objeto: verificação da contabilização nos livros do credor e do devedor das operações que deram origem à duplicata questionada em juízo);

c) o esclarecimento e a eliminação das dúvidas suscitados sobre o objeto (origem, forma de integralização e quantidade das ações negociadas em Bolsas de Valores que propiciaram a transferência de controle acionário questionada);

d) o fundamento científico da decisão (exemplo de objeto: parecer sobre atividades empresariais do ponto de vista doutrinário questionada);

f) mensuração, a análise, a avaliação ou arbitramento sobre o quantum monetário do objeto (exemplo de objeto: apuração do valor correto dos haveres do autor constantes

ou que deveriam constar do acervo patrimonial da entidade ou fraude);

g) trazer à luz o que está oculto por inexatidão, erro, inverdade, má fé, astúcia ou fraude (exemplo de objeto: investigação contábil da existência ou inexistência de atos lesivos ou que visem a fraudar o interesse de credores de uma empresa concordatária ou falida).

2.2.3 Aplicação

Verificar quais situações em que é possível aplicação da perícia contábil é tarefa que somente pode ser tomada em caráter de exemplificação. Conforme ALBERTO (1996, p. 110), a perícia contábil pode ser aplicada por exemplo, nos seguintes casos:

1) Avaliações, verificações e apurações de haveres

Considerada uma das mais importantes aplicações da perícia contábil, pois que se inserem os haveres no próprio objeto da contabilidade, o patrimônio. As principais situações são as seguintes:

- a) em ações de alimentos (para fixar os valores dos alimentos, devidos pelo cônjuge ou responsável);
- b) em ações de inventário (mensurar o patrimônio do inventariado);
- c) em dissolução de sociedade (apurar os haveres dos sócios);
- d) em desapropriação (mensurar os haveres envolvidos compulsoriamente em pecunia);
- f) em reclamação trabalhista (os haveres do trabalhador transitoriamente retidos junto ao patrimônio do empregador);
- e) fundo de comércio (na apuração de haveres ou para fins de avaliação, venda da empresa, fusões, cisões etc...).

2) Análise de Valores Patrimoniais

Também é comum a necessidade de se verificar, analisar ou avaliar a certeza e correção de um determinado valor ou conjunto de valores. E para tanto a perícia contábil ocorre nos seguintes casos:

a) consignatórias (verifica e constata ou não a existência de lançamentos de determinadas operações, dando certeza aos depósitos em consignação);

b) verificação de livros e documentos (da veracidade da existência ou não de créditos ou débitos retidos ou pagos);

c) ações executivas (verifica a veracidade do valor que se pretende executar nas ações fiscais lastreadas de dívida em ativa);

d) impugnações de crédito (objetiva apurar a exatidão de crédito habilitado, em processos concordatários ou falimentares);

e) indenizatórias (avalia e apura o valor de crédito decorrente de rompimento contratuais, lucros cessantes, perdas e danos etc...);

f) ações trabalhista (como meio de avaliar e analisar a situação patrimonial e econômico-financeira de uma empresa, com vista a se comprovar sua capacidade ou incapacidade de cumprir condições estabelecidas em normas coletivas em relação ao próprio dissídio individual).

3) Exame, análise e identificação de erros ou fraude

A perícia contábil é o instrumento próprio para verificar, analisar, examinar ou identificar situações patológicas da contabilidade, como são os erros e fraudes. São exemplo desta aplicação os seguintes casos:

a) inquéritos (seja na esfera policial, seja por necessidade de comissões parlamentares de inquérito, situações em que ocorra suspeita de desvios patrimoniais, erros deliberados ou não e principalmente fraudes);

b) concordatas e falências (tratando-se de situações em que a situação econômico-financeira da entidade se degradou a ponto de potencialmente comprometer sua própria existência, artifícios, adulteração, alienação indevidas ou falsidades documentais);

c) extrajudicialmente (havendo suspeita sobre determinado setor ou mesmo em relação ao conjunto das atividades desenvolvidas pelos administradores, a perícia, por sua maior profundidade de exame, é o instrumento que melhor se adequa para apuração dos desvios administrativos e patrimoniais).

2.2.4 Espécies de perícia

A perícia tem espécies diferentes, porém identificadas segundo os ambientes em que é instada atuar. São estes mesmo ambientes que delinearão suas características.

Segundo ALBERTO:

Os ambientes de atuação que lhe definirão as características, podem ser, do ponto de vista mais geral, o ambiente judicial, o ambiente semijudicial, o ambiente extrajudicial e o ambiente arbitral. Decorre, então, serem quatro as espécies de perícias detectáveis segundo o raciocínio esposado: a perícia judicial, a perícia semijudicial, a perícia extrajudicial e a perícia arbitral. (ALBERTO, 1996, p. 53)

Perícia judicial

É aquela realizada dentro dos procedimentos processuais do Poder Judiciário, por determinação, requerimento ou necessidade de seus agentes ativos, e se processa segundo regras legais específicas.

Conforme ALBERTO:

A perícia judicial será prova quando - no processo de conhecimento ou de liquidação por artigos - tiver por escopo trazer a verdade real, demonstrável cientificamente ou tecnicamente, para subsidiar a formação da convicção do julgador, e será arbitramento, quando, determinar no processo de liquidação de sentença, tiver por objeto quantificar mediante critério técnico a obrigação de dar aquela se constituir. (ALBERTO, 1996, p. 53)

Perícia extrajudicial

A perícia extrajudicial é aquela realizada fora da competência do Poder Judiciário, bem como fora do aparato estatal, isto é, ela se dá por necessidade e escolha de entes particulares físicos ou jurídicos particulares.

São exemplo de perícia extrajudiciais aquelas solicitadas nos casos de incorporações, fusões, cisões de empresas. Nestes casos é importante que esta apresente um confronto entre os patrimônios líquidos das empresas envolvidas no processo, analisando-os. Também deve o perito expor claramente a situação da empresa resultante da fusão, cisão ou incorporação, evidenciando a distribuição de capital, apresentando o balanço de abertura.

Conforme MAGALHÃES (1995, p. 67): "na perícia extrajudicial, as fundamentações '*comentários periciais*' assumem grande importância porque nelas o perito desenvolverá a sustentação teórica do seu trabalho, combinando-a com opinião fundada na investigação do sistema contábil, dos livros e da documentação".

Perícia semijudicial

A perícia semijudicial é aquela realizada dentro do aparato institucional do Estado, porém fora do Poder Judiciário, tendo como finalidade principal ser meio de prova nos ordenamentos institucionais usuários.

São exemplos de perícias semijudicial as que atuante nos inquéritos policiais, nas comissões parlamentares de inquérito e as administrativo-tributárias como aquelas na esfera da administração pública tributária ou conselhos de contribuintes.

Segundo ALBERTO:

Classificamos em semijudiciais porque as autoridades policiais, parlamentares ou administrativas tem algum poder jurisdicional, ainda que relativo e não com a expressão e extensão do poder jurisdicional classicamente enquadráveis como pertencente ao Poder Judiciário, e, ainda, por estarem sujeitas a regras legais e regimentais que se assemelham às judiciais. (ALBERTO, 1996, p. 54)

Perícia arbitral

Conforme ALBERTO:

Perícia arbitral é aquela perícia realizada no juízo arbitral - instância decisória criada pela vontade das partes, não sendo enquadráveis em nenhuma das anteriores por suas características essencialíssimas de atuar parcialmente como se judicial e extrajudicial fosse. Subdivide-se em probante e decisória, segundo se destine a funcionar como meio de prova do juízo arbitral, como subsidiadora da convicção do árbitro, ou é ela própria a arbitragem, ou seja, funciona seu agente ativo como o próprio árbitro da controvérsia. (ALBERTO, 1996, p. 54)

2.2.6 Procedimentos a adotar

Para configurar os procedimentos da perícia contábil é relevante definir o termo método.

No que diz respeito a método FERRARI (1982, p. 19) coloca que "método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam do início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo preestabelecido".

Os métodos portanto, são instrumentos que facilitam ao pesquisador conduzir de forma mais eficiente a sua pesquisa, facilidade esta que possibilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiência e interpretar resultados com maior eficiência e eficácia.

Algumas vezes os pesquisadores iniciantes confundem-se entre os conceitos de método e técnica ou até mesmo acham que em significado, mas eles são diferentes. O método é um plano de ação, um instrumento de forma mais hábil e mais perfeita.

Para contextualizar os procedimentos da perícia cita-se ALBERTO (1996, p. 116) que diz: "no caso da perícia, temos que em sua atuação, para que seja ordenada, lógica, racional, de modo a que o resultado material de seu trabalho - o laudo - possa ser elaborado, o perito deve (para ampliar seu próprio caminho) se valer das técnicas usuais e especiais (...)".

E para confirmar a necessidade dos procedimentos da Perícia contábil constata-se em ORNELAS que:

A tarefa pericial envolve a necessidade de o perito contábil adotar procedimentos metódicos e eficientes de exame das questões contábeis prefixadas na lide. Além de constatar e identificar "as fontes informativas ou reveladoras dos elementos" que pesquisou, há que desenvolver e correlacionar referidas fontes com as próprias questões contábeis sob análise ou apreciação. Isto permitirá à perícia contábil oferecer respostas ou raciocínios fundamentados e circunstanciados. (ORNELAS, 1994, p. 31)

De acordo com as NBC-T-13 (Normas Brasileira de Contabilidade) os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar o laudo e abrangem, segundo a natureza e complexidade da matéria, são: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação e certificação.

Exame - é a análise dos elementos constitutivos da matéria. E conforme ALBERTO (1996, p. 118): "pode ser em relação a um elemento qualquer: uma pessoa, um

documento, um móvel etc. Pressupõe a decomposição dos elementos da matéria examinada em tantas partes quantas forem necessárias à formação da convicção a respeito delas".

Segundo ORNELAS (1994, p. 32): "exame pericial é a espécie de perícia mais comum. É desenvolvida através de livros e documentos. Pode envolver também procedimentos indagativos e investigativos".

Vistoria - é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisas ou fato. Conforme ALBERTO (1996, p. 118) "é o ato de verificação do estado circunstancial do objeto pericial concreto: pessoa, máquina, documento, condições, ambiente etc. Ou seja, é apreensão do estado do objeto no momento do exame (em data época e circunstância) e seu testemunho na instância usuária".

Contata-se em ORNELAS (1994, p. 32) que: "vistoria pericial é espécie não muito usual na perícia contábil, mais adotada em perícia médica ou de engenharia. Não obstante ser pouco adotada, como definido NBC-T-13, poderá envolver a verificação ou constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial".

Indagação - Segundo ALBERTO(1996, p. 118) "é o ato pericial de obtenção do testemunho pessoal daqueles que tem ou deveriam ter dos fatos ou atos concernentes à matéria periciada ou objeto da perícia".

Investigação - é a pesquisa que busca trazer ao laudo o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

Para ALBERTO (1996, p. 118) "essa definição é suficientemente abrangente para ser tomada para qualquer perícia (...). Do ponto de vista pericial, já que quase sempre tratamos das manifestações patológicas das matérias, estas circunstâncias são habitualmente: astúcia, má-fé, fraude, malícia e outros procedimentos a éticos que visam obscurecer a verdade".

Arbitramento - é a determinação de valores ou solução de controvérsia por critério técnico. Normalmente este procedimento satisfaz as perícias contábeis a onde surge a necessidade de liquidar sentenças exarada, que, por sua natureza ou dificuldades oferecidas pela parte perdedora, obriga o magistrado a assim decidir. Conforme ORNELAS (1994, p. 32) "arbitramento surge quando determinado pela sentença ou convencionado pelas partes ou o exigir a natureza do objeto da liquidação".

Constata-se em ALBERTO que:

Em seu aspecto puro, arbitramento está relacionado à solução de controvérsia por critério técnico, como constante das normas contábeis. Entretanto, do ponto de vista estritamente pericial, é a técnica de determinar valores por procedimentos estatísticos (média, mediana, desvio-padrão etc.) e analógicos (situações mensuráveis conhecidas são utilizadas como parâmetro para determinar o valor de situação não diretamente mensuráveis) capazes de fundamentar o valor encontrável. (ALBERTO, 1996, p. 118)

Avaliação - é o ato de determinar valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas por critério puramente objetivo, calculável ou demonstrável. Para ALBERTO (1996, p. 118): "trata-se da constatação do valor real das coisas ou de sua determinação por critério comparativo direto, como pesquisas, valor de mercado etc".

Certificação - é a informação trazida ao laudo pelo perito com caráter afirmativo cuja autenticidade é reconhecida em função da fé pública atribuída ao profissional. Segundo ALBERTO (1996, p. 118), "tais informações podem ter natureza diversas (doutrinárias, científicas, acessórias etc.) ou mesmo estarem ligadas diretamente as técnicas de vistoria, indagação ou investigação".

Mensuração - é o procedimento a ser utilizado em casos de inventário, para quantificar estoques ou ativos permanente. Conforme AMORIM (2.000, p 64) "consiste na quantificação física de coisas, bens ou direitos".

2.2.7 Apresentação do resultado da perícia - o laudo -

Após terminada as tarefas previstas e executadas pelo perito, chega o momento da apresentação do resultado do trabalho desenvolvido. E para isso utiliza-se um instrumento denominado laudo.

O laudo é o resultado material de todo esforço do profissional, independente de suas espécies, objetos e objetivos. É neste instrumento que se apresenta o trabalho desenvolvido pelo perito.

Para conceituar laudo pericial contábil cita-se SÁ (1997, p. 43): "é o julgamento ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, em face de eventos ou fatos que são submetidos a sua apreciação".

Na apresentação do laudo o perito deve preocupar-se em organizar o conteúdo de forma lógica e a apresentar uma redação com objetividade a qual esclareça suas respostas, de forma a oferecer um instrumento autêntico e confiável.

No que tange a apresentação do laudo constata-se em MAGALHÃES (1995, p. 44): "a apresentação do laudo pericial é fator de grande importância, pois mesmo que o perito tenha realizado um excelente trabalho técnico ou científico se não o apresentar de maneira adequada e com boa estética, isento de erros, rasuras e rabiscos a receptividade por parte do juiz e das partes (advogados) pode ser afetadas".

O laudo contábil é entendido por ORNELAS, (1994, p. 77) como a materialização do trabalho pericial desenvolvido pelo perito e sendo a própria prova pericial.

E segundo ORNELAS (1994 p. 78):

Organizar e desenvolver o conteúdo do laudo contábil de forma lógica e tecnicamente correta obrigam o perito contábil a pensar criativamente como oferecer uma peça técnica inteligível para seus leitores, com qualidades técnicas impecáveis, que permitam, através de sua leitura, entender-se os contornos do processo, os fatos controvertidos que ensejam o próprio pedido de prova técnica, bem assim a certificação positiva ou negativa desses mesmos fatos.

O laudo deve expor claramente as circunstâncias de sua elaboração, expondo ao usuário as observações e principalmente as conclusões a que chegou. Estas informações além de claras devem ser fundamentadas, de modo que o laudo seja de boa qualidade.

E constata-se em SÁ (1996, p. 46): que para um laudo possa classificar-se de boa qualidade, precisa atender os seguintes requisitos mínimos: 1) objetividade; 2) rigor tecnológico; 3) concisão; 4) argumentação; 5) exatidão; clareza.

Estrutura do laudo

Conforme SÁ (1997, p. 46) "Os laudos em suas estruturas devem encerrar identificações dos destinatários, do perito, das questões que foram formuladas e conter respostas pertinentes, devidamente argumentadas, anexando-se o que se possa reforçar os argumentos das respostas ou opinião emitidas".

Não existe um padrão de laudo, mas existem formalidades que compõem a estrutura dos mesmos. Pode-se dizer que a estrutura do laudo depende da maneira de trabalhar de cada

perito. Porém em uma estrutura mínima, deve conter os seguintes elementos:

- 1 - Identificação do órgão de justiça onde tramita o processo;
- 2 - o numero do processo;
- 3 - o nome das partes;
- 4 - considerações iniciais;
- 5 - os quesitos formulados pelas partes e/ou juiz;
- 6 - as respostas aos quesitos formulados;
- 7 - conclusão do perito.

Constata-se em ALBERTO (1996, p. 121) que o laudo deve apresentar a seguinte:

a) abertura; b) considerações iniciais a respeito das circunstancias de determinação judicial ou consulta, bem como os exames preliminares da perícia contábil; c) determinação e descrição do objeto e dos objetivos da perícia; d) informação da necessidade ou não de diligencias e, quando houver, a descrição dos atos e acontecimentos dos trabalhos de campo; e) exposição dos critérios, exames e métodos empregados no trabalho; f) matéria analisada; g) transcrição e respostas aos quesitos formulados; h) encerramento do laudo, com identificação e assinatura do profissional; i) quando houver, a juntada seqüencial, dos anexos, documentos ou outras peças abojadas ao laudo e ilustrativas deste:-

Na abertura deve conter a indicação de quem a perícia é dirigida, por exemplo: Exmo. Sr.; Dr. Juiz de Direito. Deve identificar a natureza do processo, o número do processo, o autor, e o réu. Deve também conter um parágrafo introdutório no qual deve constar o nome do perito, sua qualificação.

Nas considerações iniciais deve conter uma espécie de declaração do perito na qual identifique qual procedimento utilizado para cumprir determinada tarefa a qual foi confiado.

Os quesitos são indagações de natureza técnica ou científica formuladas pelas partes e/ou juiz, isto é são questões técnicas elaborada pelas parte ou juiz que se apresentam por meio de perguntas.

Os quesitos podem ser impertinentes que são indagações pelas partes, que abordam, geralmente, aspectos não relacionados com a demanda judicial, ou então são

perguntas que buscam do perito opinião fora de sua competência profissional e/ou o induzem a adentrar ao mérito, para a qual não tem competência legal.

Existe também os quesitos suplementares que são indagações efetuadas pelas partes e/ou pelo Magistrado, no curso da diligencia pericial, ou seja, enquanto a perícia não estiver concluída. Após a conclusão da perícia não podem ser feitos quesitos suplementares mas apenas esclarecedoras.

A conclusão ou considerações finais deve ser apresentada em forma de síntese, a qual é apresentada a opinião técnica do perito da globalidade da matéria tratada.

Tipo de laudo

Apresentação do trabalho pericial deve seguir um determinado padrão, mas nem sempre os laudos terão estruturas idênticas, mesmo porque as diversas espécie de perícias contábeis, faz com que existam tipos diferenciados de laudo contábil.

Conforme ALBERTO (1996, p. 124): "cinco são as espécies de laudo, classificadas segundo um conjunto de caracteres (tais como a finalidade, técnica utilizada, utilidade), que podemos encontrar nos escritos: 1) Laudo Pericial; 2) relatório de Vistoria; 3) Laudo de Louvação; 4) parecer pericial, e 5) Laudo Arbitral.

Laudo pericial

É o mais predominante nas aplicações da perícia contábil. É aquele que se materializa através de exames técnico de questões contábeis e decorre da necessidade de examinar a veracidade ou não da matéria conflituosa.

As perícias que requerem este tipo de laudo são normalmente perícias contábeis constituídas através de perguntas e respostas, e as espécies de perícias mais comum para este tipo de laudo são os exames, as vistorias, as indagações e as investigações.

Conforme ORNELAS (1994, p. 83) conteúdo seu pode ser ordenado da seguinte forma:

1. Considerações preliminares:
 - a. aspectos gerais dos autos;
 - b. diligências;
 - c. procedimentos técnicos;

d. responsabilidade profissional.

2. Quesitos:

- a. do magistrado;
- b. do autor;
- c. do réu.

3. Considerações finais.

4. Encerramento.

Anexos.

Documentos.

Relatório de vistoria

A característica deste laudo é o rigor descritivo do que ou quem foi vistoriado. Conforme ALBERTO (1996, p. 124) "(...) Isto não quer dizer que, em determinados casos, a vistoria não inclua a opinião do técnico, mas que esta opinião é restringida e se vincula diretamente às condições de realização da vistoria e do próprio objeto desta".

Laudo de louvação ou avaliação

É apresentado segundo ALBERTO (1996, P. 124) “quando procede à avaliação de bens, coisas, direitos, débitos ou créditos(...) e estes requerem a descrição e a elaboração de quadro de avaliação, bem como justificativa de todos os critérios utilizados”.

Este tipo de laudo satisfaz as perícias onde os procedimentos adotados são os de avaliação a qual requerem a descrição e a elaboração de quadro de avaliação.

Conforme ORNELAS (1994, p. 86): o conteúdo deste laudo pode ser :

1. Considerações preliminares:

- a. aspectos gerais dos autos;
- b. diligências;
- c. procedimentos técnicos;
- d. responsabilidade profissional.

2. Da apuração de haveres:

- a. das demonstrações contábeis especiais;
- b. dos ajustes contábeis;
- c. dos critérios e procedimentos avaliatórios;
- d. dos ajustes avaliatórios;
- e. do patrimônio líquido avaliado;
- f. dos haveres apurados.

3. Encerramento:

Anexos

Documentos

Parecer pericial

Segundo ALBERTO (1996, p. 124) "o Parecer Pericial é espécie de laudo, à medida que, expressando a opinião do profissional sobre determinada matéria, o faz segundo as técnicas e abrangências periciais, mas são provocados, normalmente, por quem deles tenha de fazer uso para a defesa de seus interesses ou a título de elucidação de um assunto".

Laudo Arbitral

Este tipo de laudo é apresentado nos casos em que a perícia contábil surge na fase de liquidação de sentenças de modo que já há condenação, porém falta apurar o valor respectivo.

Segundo ALBERTO (1996, p. 125): "O Laudo Arbitral é, assim, o resultado do trabalho do árbitro, e esta função, em determinados casos, é a mais adequada aos profissionais da perícia, e por esta razão está sendo considerado neste estudo. Não se trata, entretanto, de uma atividade tipicamente pericial, mas de instância decisória".

O conteúdo desse laudo pode ser ordenado segundo ORNELAS (1994, p. 84) da seguinte forma:

1. Considerações preliminares:

- a. aspectos gerais dos autos;
- b. diligências;
- c. procedimentos técnicos;
- d. responsabilidade profissional.

2. Do arbitramento

- a. das premissas adotadas;
- b. dos critérios adotados;
- c. da demonstração;
- d. responsabilidade profissional.

3. Encerramento

Anexos

Documentos

2.2.8 Planejamento da perícia contábil

Antes de se iniciar a execução das tarefas, é importante elaborar um planejamento, onde perito vai identificar o objeto da perícia e estabelecer com base no objeto qual sua finalidade e caso o objeto e os objetivos tornarem necessária a pesquisa ou verificação de campo o profissional deverá comparecer no local onde será efetuada a verificação ou pesquisa, ou ainda, onde serão solicitados os documentos e verificado situação ou fato de qualquer espécie.

Para uma melhor orientação sobre os trabalhos do perito contábil, o contabilista tem a sua disposição as NBC-T - Normas Brasileiras de Contabilidade em especial a NBC-T-13 que trata da perícia contábil, e no que tange ao planejamento e execução das perícias contábeis, as orientações são as seguintes:

13.2.1 - Para a execução da perícia contábil, o perito contábil deve inteirar-se sobre o objeto do trabalho a ser realizado.

13.2.1.1 - Tratando-se de perícia judicial ou arbitral, deve conhecer o conteúdo dos autos, antes de planejar e organizar o trabalho pericial.

13.2.1.2 - Tratando-se de perícia extrajudicial, deve planejar e organizar os trabalhos de acordo com o conteúdo da proposta.

13.2.2 - Após o exame dos autos, o perito contábil nomeado em juízo deve manter-se em contato com os peritos contábeis indicados pelas partes, facultando-lhes o acesso aos autos, fixando, sempre que possível e comum acordo, dia, hora e local para o início efetivo das diligências, comunicando-lhe estes dados por escrito e com antecedência.

13.2.3 - O perito contábil utilizar-se-á dos meios que lhe são facultados pela legislação e normas inerentes ao exercício de sua função, de modo a instruir o laudo com as peças que julgue necessárias.

13.2.4 - No início das diligências, o perito deve relacionar os livros, os documentos e dados de que necessite, solicitando, por escrito, sua exibição, através de termo e diligência, retendo cópia assinada pelo representante legal que o recebeu.

13.2.4.1 - Eventual recusa ou qualquer dificuldade à execução do trabalho pericial deve ser comunicada ao juízo, mediante petição fundamentada, em se tratando de perícia judicial, ou, no caso de perícia extrajudicial, à parte contratante.

13.2.5 - O Perito contábil, ao planejar a perícia, deve considerar o cumprimento do prazo de entrega do laudo.

13.2.5.1 - Na impossibilidade de cumprimento do prazo o perito contábil deve, antes de vencido aquele, solicitar prazo suplementar, quando na função de perito judicial, ou comunicar à parte, quando na função de perito extrajudicial, sempre por escrito.

13.2.6 - O perito contábil deve manter registros do tempo despendido, locais e datas diligências, nomes das pessoas que o atenderam, livros e documentos examinados, dados e particularidades de interesse da perícia, rubricando a documentação examinada, quando julgar necessário.

13.2.7 - A execução da perícia, quando incluir a utilização de equipe técnica, deve ser realizada sob a orientação e supervisão do perito contábil, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos.

13.2.8 - O responsável técnico deve assegurar-se que o trabalho venha a ser executado por pessoas com capacitação profissional requerida nas circunstâncias, quando da utilização de equipe.

13.2.9 - O planejamento e os programas de trabalho devem ser revisados e atualizados sempre que novos fatos recomendarem.

13.2.10 - O perito contábil deve documentar, através de papéis de trabalho, todos os elementos relevantes que serviriam de suporte à conclusão formalizada no laudo. (NBC-T - Normas Brasileiras de Contabilidade)

Segundo ORNELAS (1994, p. 60) "planejar o trabalho pericial é, *stricto sensu*, ordenar os procedimentos técnicos a serem desenvolvidos pelo perito para obter os elementos que permitam oferecer o laudo contábil".

Na perícia contábil o plano de trabalho é definido por SÁ (1997, p. 31): "Plano de Trabalho em perícia contábil é a previsão, racionalmente organizada, para as execução das tarefas, no sentido de garantir a qualidade dos serviços, pela redução dos riscos sobre a opinião ou resposta".

Conforme SÁ (1997, p. 31) um plano depende de:

1. pleno conhecimento da questão (se for judicial, pleno conhecimento do processo);

2. pleno conhecimento de todos os fatos que motivaram a tarefa;
3. levantamento prévio dos recursos disponíveis para exame;
4. prazo ou tempo para execução das tarefas e entrega do laudo ou parecer;
5. acessibilidade aos dados;
6. pleno conhecimento dos sistemas contábeis adotados;
7. natureza de apoios, se necessários.

1. Pleno conhecimento da questão

Pode se dizer que primeiro passo para um planejamento de um trabalho de perícia é identificar qual o objeto do trabalho a ser realizado, para com isso ter conhecimento da questão.

Conforme SÁ (1997, p. 32) "conhecendo a razão essencial do assunto, pode-se orientar a filosofia e a política do plano de trabalho".

Segundo ORNELAS:

Organiza e planejar determinado trabalho pericial, por pressuposto técnico, o conhecimento de dois aspectos fundamentais do processo: o que está sendo demandado e a época dos fatos. O perito contábil inteira-se desses aspectos desenvolvendo leitura atenta dos autos do processo, em especial de duas peças, a inicial e a contestação. Da leitura inicial deve restar com muita clareza quais os fatos alegados e constitutivos do direito reclamado pela parte proponente da ação e a pretensão, ou seja, o pedido submetido ao magistrado. Já quando da leitura da contestação, deve ser dada atenção ao conteúdo da petição no que direito do proponente da ação. Fundamental, também identificar a época dos fatos alegados e relatados pelas partes, já que necessário à perícia, o que vai permitir ao perito contábil formular o pedido de quais livros e documentos devem ser exibidos. (ORNELAS, 1994, p. 59)

2. Pleno Conhecimento dos fatos

Além de conhecer o objeto da perícia, deve o perito no seu plano de trabalho levar em conta os fatos que levaram a questão.

Por exemplo um sócio "A" (apenas quotista) de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada entra na justiça contra o sócio "B" (quotista e sócio gerente), reclamando que este não está cumprindo com o contrato social (qual existe uma cláusula que diz que os lucros serão distribuído ao final de cada exercício social). O sócio "B" não

distribui lucro, apesar de a empresa obter lucros nos últimos exercícios sociais, porém os valores obtidos não foram superiores um limite estabelecido em forma de acordo, que determina que só haverá distribuição de lucros quando o lucro do exercício somado a conta lucros acumulados for superior a um determinado percentual do Capital Social.

Com este exemplo pode se dizer que a razão da perícia é o fato da empresa não distribuir lucros, a qual reclama o autor (sócio A), porém pode se verificar que há um fato (acordo em distribuir lucros somente depois de um certo limite) que pode ir contra o autor.

Para enfatizar o exemplo acima constata-se em SÁ:

Os fatos que envolvem a tarefa pericial são muitos e não se confundem com o conhecimento da "questão; a questão nos dá a razão para a metodologia e os "fatos" nos informam - "o que já aconteceu e está por suceder"(...). Existem, pois, razões e fatos; nem sempre as razões são apoiadas pelos fatos e às vezes a perícia pode reverter os fatos ou apoiar as razões (tudo depende do que se tem para verificar). A questão que motivou a perícia pode ter contra ela fatos que estão ocorrendo ou ainda não se anexaram ao processo e que o perito deve procurar conhecer. Pode ocorrer ainda que os motivadores da perícia não conheçam toda a extensão dos fatos que em litígios levantam. Tal é o número de ocorrências que podem circundar uma perícia que não basta conhecer sobre o processo, sobre as razões, necessitando-se aprofundar sobre as eventualidades para que se trace o plano de trabalho; e ainda existe o caso em que o perito é convocado depois que os quesitos já foram formulados (inclusive o da parte que contrata o profissional). (SÁ 1997, p. 33)

3. Levantamento prévio dos recursos disponíveis para exame

Para que se possa produzir um laudo faz-se necessário também levantar o que existe. É preciso conhecer os recursos disponíveis quer humanos, que materiais.

O perito precisa ter presente, quais os meios que tem a sua disposição. Esses meios disponíveis são todos os componentes do sistemas contábil das partes envolvidas. E podem ser livros contábeis, fiscais, societários, as demonstrações contábeis e todo o arcabouço documental que dá suporte ao sistema contábil. Também inclui-se controles internos e outros tipos de registros auxiliares. Observa-se que não são todos os livros e documentos, são aqueles relativos à época dos fatos.

Os recursos devem estar centralizados de acordo com os objetivos da perícia, porém não é demasiado procurar saber tudo o que existe.

Segundo SÁ (1997, p. 34): "só sabendo o que se pode dispor para examinar é possível fazer um plano de trabalho pericial".

4. Prazo para execução das tarefas

Depois de conhecer as razões, os fatos e os recursos, o perito deve preocupar-se com o cumprimento do prazo de entrega do laudo, visto que os interessados (juizes nas perícias judiciais e outros interessados nas extrajudiciais) fixam prazos para a realização do trabalho.

O melhor critério para planejar o prazo de execução das tarefa é o de realizar um cronograma, conforme segue:

TAREFAS	TEMPO/HORAS	QUESITO Nº
Exame de Livros – legalidade	1
Exame pag... a pag... Diário	92
Exame conta Sr...	6
Exame razão conta.....	19
Exame Contrato.....	2
Exame pagamento Sr...	450
Horas do Prazo	622	
Horas do Cronograma	570	

Fonte: Antônio Lopes de Sá: Perícia Contábil, p.35, Ed. Atlas, 1997.

O primeiro cronograma pode ser uma medida entre os fatores e o tempo. Os cronogramas são peças simples, onde de um lado se coloca a TAREFA (os exames a serem feitos) e de outro o tempo previsto. Tal hipótese pode fazer com que o perito peça mais prazo ou desista de realizar o serviço, para não fazei-lo mal.

5. Acessibilidade aos dados

Conforme ORNELAS (1994, p. 61): "a perícia contábil é sempre realizada sobre fatos passados. Não adianta o perito contábil imaginar que, chegando em determinada organização, terá tudo o que precisa consultar, prontamente, a sua disposição".

Pode haver casos em que o perito tenha dificuldades ao acesso dos dados necessários ao trabalho, havendo casos em que o perito tenha que se deslocar por regiões longínquas. Outras vezes por se tratar de transações passada, os livros e documentos contábeis estão normalmente no chamado arquivo morto das empresas, nem sempre organizados e muitas vezes em mau estado de conservação.

Pode ocorrer também caso em que os informes estejam em poder de terceiro que não fazem o mínimo esforço para com que o perito tenha acesso aos dados ou até

mesmo dificultam propositadamente a tarefa do perito com a intenção de prejudicar seu trabalho.

Segundo ORNELAS (1994, p. 61): "uma forma de o perito contábil não perder seu tempo profissional é contactar antecipadamente, solicitando geralmente ao responsável pelo setor contábil, que separe os livros e documentos que entende necessários, conforme definiu em seu planejamento".

Sendo assim deve fazer parte do plano de trabalho do perito o conhecimento das dificuldades que terá na obtenção dos dados necessários a realização das tarefas propostas.

E para confirmar isto verifica-se em SÁ (1997, p. 36): "para planejar o trabalho pericial é necessário conhecer a facilidade ou dificuldade que se pode ter para chegar até os dados que são objeto de exames, assim como a qualidade para a leitura e manuseio dos elementos".

6. Pleno Conhecimento dos sistemas contábeis adotados

Para que o perito possa ter segurança nos dados que examina, precisa ele saber como se processaram estes informes, só assim ele poderá ter confiança nas informações que estão a sua disposição.

Segundo SÁ (1997, p. 37): "um plano pericial precisa conhecer como chegar aos dados e como poder comprová-los para poder saber que recursos tecnológicos vão ser empregados".

7. Natureza de apoios

Conforme ORNELAS:

O contato com a realidade dos sistemas contábeis e respectivo suporte documental poderá acarretar mudanças de curso, mas, de qualquer forma, o perito contábil não pode olvidar que para o desempenho integral de sua função pode e deve utilizar-se de todos os meios técnicos necessários e disponíveis à solução técnica da matéria para qual foi nomeado ou indicado. (ORNELAS, 1994, p. 60)

Muitas das perícias envolvem uma gama de dados que estão a disposição do perito para serem analisados, processados, digitados, calculados. Para realizar todas estas tarefas o perito precisará contar com uma equipe para que auxiliem na execução da perícia.

Essa equipe que auxilia o perito poderá ser composta dependendo de cada caso, por funcionários do perito, funcionárias da empresa examinada, auxiliares contratado pelo perito para determinada tarefa ou especialistas.

Para enfocar a importância de uma equipe de apoio, constata-se em SÁ (1997, p. 38) "muitas perícias necessitam de ajuda de auxiliares ou técnicos especialistas, notadamente quando a matéria a ser examinada é muito grande".

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO REAL - PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL

A perícia contábil a seguir identificada foi gentilmente concedida ao acadêmico Eduardo Sarmiento, pelo contador Luiz Antônio Costa, CRC/SC 6993/O-3, executor da perícia em estudo. Lembra-se também que Eduardo Sarmiento é auxiliar contábil de Luiz Antônio Costa desde 1996, com acesso autorizado aos trabalhos desenvolvido pelo referido contador.

3.1 Identificação do Caso

O Processo Judicial de nº 023.98.015696-6 movida na Terceira Vara Civil da Comarca de Florianópolis, pela Pozolana Indústria e Comércio Ltda, contra a Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A. Objetivou a discussão sobre a imposição de juros sobre contrato de renegociação de dívida do Auto para com o Réu, alegando a ilegalidade dos juros contratados.

Quis o Autor, discutir a origem da dívida, alegando que no processo inicial de pesquisa sobre os resíduos sólidos da queima do carvão, as cinzas em nada representavam economicamente à Ré, mas muito pelo contrário, eram estorvo que agrediam o meio ambiente pelo depósito em torno da Usina Jorge Lacerda.

Com os resultados positivos do uso das cinzas como aditivo ao processo de fabricação de cimento, a Pozosul, marca sob a qual, era comercializado o produto final, começou a chamar a atenção dos grandes fabricantes de cimento (Votoran) e com isso interessar-se pela matéria prima oferecida pela Eletrosul.

Os preços ínfimos pagos pela Pozolana pela matéria prima passou a preponderar nos custos finais, de vez que, a oferta das mesmas passaram a ser oferecidos em leilão pela Estatal, e disputados pelos demais fabricantes, inflacionando o seu preço.

Alguns leilões foram vencidos pelo Autor, que necessitava da matéria prima para o prosseguimento de seu processo industrial, entretanto passou a inadimplir face ao desencontro do seu fluxo de caixa.

Diante desses fatos, submeteu-se a constrangimentos e acordou em aceitar o parcelamento de suas dívidas, posto que o estado de inadimplência a impedia de participar de novos leilões, agravando ainda mais o fluxo de caixa do Autor.

Tendo, a duras penas, pagas a maior parte da dívida, e sendo as prestações vincendas corrigidas a cada pagamento, acreditou o Autor que já havia pago mais do que fora contratado, pela incidência de juros de mora e juros de financiamento, além da correção mensal por índices que consideravam esses custos.

3.2 Laudo

Não existe um padrão de laudo, mas existe formalidades que compõe a estrutura dos mesmos, e, em geral segue as normas para edição de relatórios, introdução, desenvolvimento, conclusão e anexos. Como visto na revisão bibliográfica no item 2.4.3, o relatório o qual se adequa a perícia em estudo (anexo II) é o laudo pericial estudado anteriormente, conforme segue:

1. Considerações Iniciais:
 - a. aspectos gerais dos autos;
 - b. diligências;
 - c. procedimentos técnicos;
 - d. responsabilidade profissional.
2. Quesitos:
 - a. do magistrado;
 - b. do autor;
 - c. do réu.

3. Considerações finais.

4. Encerramento.

Anexos.

Documentos.

3.3 Comentários sobre o Resultado da Perícia

O trabalho levado a cabo pelo perito, em seu relatório, baseados nas planilhas de cálculos dos valores finais e pautados nos quesitos formulados pelas partes, permitiu que se chegasse a duas conclusões, levando ao Juiz a discussão de mérito quanto ao direito do Autor e da Ré, posto que, se preponderar uma das teses, os valores finais serão muito inferior ao valor questionado na inicial, algo em torno de R\$ 1 milhão, passando-se a decidir sobre a matéria, concluindo-se que o Autor, em sua defesa proporcionou um cálculo final, ainda devedor, no valor de R\$ 57 mil , e se preponderando a tese da Ré, esta se situará em torno de R\$ 333 mil.

O laudo considerou que os juros moratórios foram aplicados em valor superior ao estabelecido nas licitações, e constituindo-se a dívida inicial, fez com que os valores consignados nos contratos já partissem de montantes impróprios. Por outro lado os juros do financiamento não tiveram provas que se tratavam de repasses dos custos financeiros de financiamento obtidos pela Ré, mas tão somente, uma taxa estabelecida sem fundamento nos reais custos financeiros apontados em seus balanços anuais.

3.4 Planejamento Adotado

Para explanar sobre o plano de trabalho utilizado pelo perito, foi adotado sob a forma de perguntas as etapas elencadas por SÁ (1997, p. 61), conforme consta no capítulo dois deste trabalho, perguntas essas direcionada ao perito Luiz Antônio Costa executor do trabalho pericial em estudo.

a) Sabe-se que o primeiro passo para um planejamento de um trabalho de perícia é identificar qual o objeto do trabalho a ser realizado. Sobre esta perícia foi questionado ao

perito *qual a razão essencial do conflito*.

R - Tratando-se de discussão de ordem financeira, o Autor questionou a imputação de juros moratórios, quando da constituição da dívida renegociada e, ainda mais, os encargos financeiros sobre a parte financiada, e a correção mensal quando do pagamento de cada prestação mensal. Com isso o valor final do desencanaix tornou por demais oneroso ao Autor, transformando o item matéria prima preponderante aos demais itens, e o custo financeiro final maior que a margem de contribuição permitida pela receita operacional.

b) Além de conhecer o objeto da perícia, deve o perito no seu plano de trabalho levar em consideração os fatos que constituíram a questão. Neste sentido foi perguntado ao perito *sobre conhecimento ou descobertas de fatos* que não estavam no processo.

R - Os fatos são fundamentais ao questionamento judicial e deve a perícia ser realizada com fundamentos nos fatos levado ao conhecimento no processo, e, se novos fatos influenciarem a decisão a ser tomada pelo juiz, deve o perito levar em consideração, justificando tais fatos, e sua relevância no processo, principalmente quando estes influenciam no resultado de cálculos requeridos no processo de investigação, como foi o caso, redefinindo o valor final da dívida, ou se, caso contrário, geradora de crédito em favor do autor.

c) Para que se possa produzir um laudo faz-se necessário também levantar o que existe. É preciso conhecer *os recursos, disponíveis quer humanos, quer materiais, como identificá-los?*

R - O laudo considera os postulados da petição inicial (Autor) ou da contestação (Réu) e com base nestes postulados, cabe ao perito concluir pela imposição de juros legais, versus juros contratuais, ou de juros moratórios versus encargos financeiros; nesse caso aos recursos disponíveis demandam, basicamente, o trabalho individual do perito, na montagem de fórmulas, tabelas e literatura que fundamentem o posicionamento adotado.

d) Depois de conhecer as razões, os fatos e os recursos, o perito deve preocupar-se com o cumprimento o prazo de entrega do laudo. O que foi previsto para cumprir o *prazo estipulado pelo juiz?*

R - O prazo é determinado pelo Juiz, na nomeação do perito, e em geral gira em torno de 45 (quarenta e cinco) dias para a realização dos trabalhos periciais, devendo o perito nesse período estudar com mais atenção os postulados propostos pelo Autor e Réu, e

estabelecer metas para o cumprimento do mandato. Isto envolve a averiguação de informações, documentos e registros em ambas as partes, de forma a permitir que os registros contábeis consubstancie as teses formuladas pelos advogados, sob pena de se estabelecer um vazio entre os quesitos apresentados e os postulados defendidos por ambas as partes.

A elaboração do laudo, em regra, deverá tomar o menor tempo possível, posto que os informes, os documentos, as investigações, que o consubstancia dependem do tempo que as diligências requeiram, bem como o acompanhamento pelos peritos auxiliares, indicados pelas partes.

O planejamento do tempo a ser aplicado na perícia levará em consideração o prazo estabelecido pelo Juiz para a entrega do relatório, cuidando de que este deverá anteceder, em pelo menos 20 (vinte) dias à audiência de instrução e julgamento.

e) Há casos em que o perito tem dificuldades de *acesso aos dados* necessários ao trabalho. Houve dificuldades de obter os dados utilizados?

R - Neste caso, o acesso aos dados foi facilitado, dado a organização das empresas em ambos os pólos, principalmente por parte da Ré, cujas demonstrações são publicadas e permitiram rapidez na avaliação das informações requeridas.

Entre os postulados formulados nos quesitos, a Ré solicita ao perito a confirmação das taxas de juros aplicadas no mercado financeiro e repassada ao contrato de renegociação das dívidas, afirmando ser repasses dos empréstimos tomados. Neste caso o perito requereu cópias dos contratos de financiamento adquirido pela Ré, de forma a constituir um quadro de seus custos financeiros, e que, ao contratar o acordo, não estava praticando ato de operação financeira, mas tão somente repasse desses custos. A perícia constatou a improcedência desses argumentos.

f) Para que o perito possa ter segurança os dados que examina, precisa ele saber *como se processaram estes informes*. Foi importante ter estas informações ?

R - Em primeiro lugar, os princípios contábeis geralmente aceitos asseguram a veracidade desses informes; resta ver que, no caso de informes não contábeis, como verificamos na resposta anterior, é preciso ater-se aos meios fornecidos pelo Autor, ou pelo Réu, que permita ao perito avaliar corretamente a informação fornecida, e por isso foi requerido cópias de contratos de financiamento obtido no período em que foi formulado o

contrato de renegociação da dívida, comprovando-se ou não, a imputação de juros pela média obtida para financiamento de seu capital de giro.

g) Muitas perícias envolvem uma gama de dados que estão a disposição do perito para serem analisados, processados, digitados e calculados, precisando do que se chama *natureza de apoios*. Houve necessidade de usar serviços de auxiliares de contabilidade ou profissionais de outras áreas em algumas das tarefas?

R - No caso analisado não foi necessário a utilização dos serviços auxiliares, por bastarem os informes obtidos em ambas as contabilidades e por se tratar de discussão de conceitos e não de registros contábeis.

Comentários sobre o planejamento adotado

Na resposta do item "a" o perito identificou qual o objeto da questão, satisfazendo assim o questionamento formulado.

Já no item "b" e "d" o perito revelou seus conhecimentos gerais no que diz respeito a tramitação das perícias no poder judiciário, bem como a legislação pertinente, em especial o Código de Processo Civil.

A resposta do item "d" que fala de prazos a cumprir o perito não abordou exatamente como foi a distribuição de horas por tarefa. Porém constata-se no anexo I a proposta de honorários (formalidade obrigatória nas perícias judiciais) que em seu item, 1 DEMANDA DE HORAS TÉCNICAS, a distribuição de horas por tarefa a executar.

A resposta ao item "e" deixou bem claro que não houve dificuldades em obter informações de ambas empresas. De modo que teve acesso aos documentos requeridos, conforme sua necessidade.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa, ao expor conceitos, objetivos, espécies e situações de aplicação da perícia contábil, preocupou-se em demonstrar que a perícia contábil é uma forma de aplicação do conhecimento adquirido em contabilidade. Isto é uma técnica que quando aplicada faz a ciência contábil passar da teoria para a prática.

Ao entender que o objetivo da perícia contábil é conhecer a verdade contábil sobre seu objeto e conseqüentemente transferir esta verdade para instância decisória, fez compreender que esta técnica é um importante instrumento de cidadania, visto que uma das suas finalidades é auxiliar a justiça e esta é um dos pilares da sociedade.

Observou-se a importância de elaborar um planejamento antes da execução dos procedimentos técnicos da Perícia Contábil. Plano este que tem a função de orientar o perito, de modo a lhe dar um estudo prévio das tarefas a serem desenvolvidas no curso da perícia, com o intuito de garantir a qualidade dos serviços e a entrega do laudo em tempo hábil.

Por fim conclui-se que o estudo da técnica perícia contábil é importante para evolução dos conhecimentos da ciência contábil, pois a sua aplicação incentiva o contador a raciocinar e refletir sobre os efeitos do objeto da contabilidade, o patrimônio.

Recomenda-se para uma futura pesquisa, o estudo sobre ética e fundamentação legal da profissão de contador em especial quando na função de perito, de forma a constatar os aspectos da responsabilidade social, civil e criminal no exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- AMORIM, Girana Amorim. **Norma brasileira de perícia contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 125, p. 62-65, set/out 2.000
- BRANCO, Castelo. **Fraude em contabilidade**. vol II. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1959.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1982.
- FIGUEIREDO, Sandra. **Normas e princípios contábeis: Exercício profissional**. XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC, 1992.
- GOMES, George Menezes. Um enfoque criminal das perícias. In: **Seminário das perícias criminais**. São Paulo, 1979.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Caxias do Sul: VCS, Porto Alegre, 1979.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias et al. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 1995.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Antônio Carlos Moraris da. **A prova pericial**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v. 27, n. 113, p. 33-37, set/out., 1998.

_____. **A prova pericial**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v. 27, n. 114, p. 7-11, nov/dez., 1998.

TELES, Antônio Xavier. **Estudo Sociais nova perspectiva das ciências humanas**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

VERGARA, Sylvia Constant. **Tipos de pesquisa em administração**. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro: FGV, n. 52, jun. 1990.

ANEXOS

ANEXO 1
Proposta de Honorários

Ex.mo Sr. Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis

Luiz Antônio Costa, Brasileiro, Casado, Contador e Administrador, nomeado PERITO JUDICIAL, nos autos do processo n.º 023.98.015696-6, à folha 194, em que são partes, Pozolana Indústria e Comércio Ltda. e Centrais Elétrica do Sul do Brasil S/A, vem a elevada consideração de V. Ex.ª, apresentar nossa proposta de honorários para a elaboração dos serviços propostos, e dado os critérios adotados para idênticos trabalhos, onde os princípios gerais da contabilidade são rigorosamente observados, projetamos a demanda provável de trabalho requerido no caso, previsto em 60:00 hr temos a considerar:

1 – DEMANDA DE HORAS TÉCNICAS

Nosso trabalho será desenvolvido segundo as normas que regem os princípios de auditoria demandando, pelas nossas previsões o que segue:

1.1 – Estudo pertinente à legislação que rege a matéria	18 horas
1.2 – Abordagem técnica aos quesitos formulados pelo autor	15 horas
1.3 – Abordagem técnica aos quesitos formulados pela Ré	12 horas
1.4 – Fundamentação e Conclusão	15 horas

2 – NOSSOS PREÇOS

Nos trabalhos de auditoria e consultoria que temos desenvolvido até o presente, sempre firmamos nossos honorários pautados na demanda de trabalho, com base em valor horas, fixadas em R\$ 75,00 (Setenta e Cinco Reais).

3 – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS

Diante da reformulação do planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos, conforme especificamos acima, fixamos o valor para a realização dos trabalhos em R\$ 4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), pagos 50% (cinquenta por cento) na retirada do processo junto ao Cartório e o restante na conclusão dos trabalhos.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Florianópolis, SC, 04 de janeiro de 1999.

Luiz Antônio Costa
CRC/SC 6993
CRA/SC 0364

ANEXO 2
Laudo Pericial

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

PERÍCIA JUDICIAL

AUTOS Nº 023.98.015696-6

A. - Pozolana Indústria e Comércio Ltda.

R. - Eletrosul

**Ex.mo Sr. Dr. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da
Comarca de Florianópolis**

Luiz Antônio Costa, Brasileiro, Casado, Contador e Administrador, nomeado PERITO JUDICIAL, nos autos do processo n.º 023.98.015696-6, à folha 194, em que são partes, Pozolana Indústria e Comércio Ltda. e Centrais Elétrica do Sul do Brasil S/A, vem a elevada consideração de V. Ex.^a, apresentar o resultado de nosso trabalho, em cumprimento ao honroso mandato concedido por V. Excia, na certeza de termos cumprido com o encargo assumido.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Florianópolis, SC, 14 de junho de 1999.

Luiz Antônio Costa
CRC/SC 6993
CRA/SC 0364

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

Introdução

Com a nossa nomeação como Perito à folha 194, e aceito o encargo, tivemos o cuidado de apresentar proposta de trabalho face ao quesitos formulados por ambas as partes.

Após amplo estudo de todo o processo para melhor situarmos na lide, e ainda pautado nos quesitos formulados, diligenciamos junto à Autora com o fim de apurarmos informações e dados que nos permitisse o melhor encaminhamento dos trabalhos, e para isso juntamos os Balanços Patrimoniais e de Resultados correspondentes aos exercício de 1995, 1996, 1997 e 1998, além de investigarmos junto ao setor de registro fiscal e faturamento, sobre as emissões de notas fiscais, juntando ao processo amostras de transação entre a Autora e seus clientes e seus fornecedores, objetivando avaliar o possível repasses de custos financeiros decorrente do Contrato, objeto da presente demanda.

Da mesma forma efetuamos diligência junto à Ré e pedimos a juntada dos Balanços Patrimoniais, cópias de contratos de captação de capital de giro, demonstração da situação em conta corrente das transações com a Autora e outros informes que nos permitiu a elaboração desse trabalho.

As respostas a cada um dos quesitos visa tão somente oferecer ao magistrado os informes técnicos, contábeis e financeiros, e ainda não nos furtamos de oferecer a nossa opinião como contribuição para elucidação da lide.

Eis o fruto desse trabalho.

Florianópolis, SC, 14 de junho de 1999.

Luiz A. Costa
Perito Judicial

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

AUTOS Nº 023.98.015696-6

A. - Pozolana Indústria e Comércio Ltda.

R. - Eletrosul

QUESITOS DA RÉ

1. Quais foram as taxas de juros para pagamento por atraso constantes do editais de leilão n.º 02, 03, 06, 09, 10, 14, 16, 18, 24, e 29/95, para venda de cinza levada a efeito pela ELETROSUL aos quais a Autora aderiu?

R. Os editais expressam na clausula 5, c, a cominação de multa diária, em caso de inadimplência por falta de pagamento, a razão de 0,2% a. d. (dois décimos por cento) excetuando o edital 03/95, que fixou a multa de 0,15% a. d. (quinze centésimos por cento), sendo que o edital 02/95 prevê a capitalização das multas diárias.

2. Qual foi a taxa de juros para pagamento por atraso constante do contrato de confissão de dívidas firmado entre a Autora e a Ré?

R. 2.1 - A nota de débito 40385026407, correspondente ao edital 02/95, foi aplicada a taxa de juros de 0,200% a. d., capitalizada, correspondendo a taxa linear de 0,266% a. d.

2.2 - A nota de débito 40385036412 correspondente ao edital 03/95, cuja multa diária a ser aplicada deveria ser 0,15% a. d., e, por consequência ser consignado o valor de R\$ 17.452,36 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos) e não o valor de R\$ 23.269,81 (Vinte e Tres Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Um Centavos), portanto a taxa aplicada foi 0,200% a. d.

2.3 – As demais notas de débitos foram agravadas com a taxa de 0,200% a. d.

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

3. Qual era a taxa de juros que a Ré pagava, na época, para empréstimos bancários de capital de giro?

R. Em 04/01/95 a RÉ contratou empréstimo de capital de giro com ABC Roma, no valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete Milhões de Reais), a taxa de 74,5213% ao ano, pelo prazo de 90 (noventa dias). Entendendo que este não servia de parâmetro, uma vez que é anterior aos fatos deste auto, diligenciamos no sentido de analisarmos outras operações praticadas pela RÉ, cujos contratados anexamos ao presente laudo, e, assim resumimos as operações:

Instituição	Valor	Taxa	data	Prazo
ABC Roma	R\$ 8.045.632,08	19,5617%a.a. (1,5% a.m.)	04/04/95	90 dias
Pontual	R\$ 6.000.000,00	75% a.a. (5,6% a.m.)	21/06/95	90 dias
ABC Roma	US\$7.345.000,00	26% a.a. (1,94% a.m.)	19/09/95	30 dias
ABC Roma	US\$7.504.141,67	26% a.a. (1,94% a.m.)	19/10/95	24 meses
ABC Roma	US\$12401.818,93	2,33% a.m.	21/12/95	361 dias
ABC Roma	US\$7.500.000,00	26% a.a. (1,94% a.m.)	02/01/96	366 dias

Para estabelecer a taxa de juros de tantos contratos, optamos por ponderar as operações, como de tivessem sido tomados numa mesma data, e os encargos pagos mensalmente, e então aplicamos as respectivas taxas de juros, encontramos:

Total das Operações	36.796.592,68
Somas dos Encargos Mensais	1.179.220,10
Taxas de Juros Médios	3,204% a.m.

Assim considerando as amostras acima, respondemos que a taxa de juros que a Ré remunerava seus credores de capital de giro foi de 3,204% a.m.

4. Comparando os juros que a Ré praticou no contrato de confissão dívidas, ora em questionamento com os juros pagos pela Ré para captação de seu capital de giro é possível concluir ter a Ré praticado juros extorsivos contra a Autora? Tal juro está de acordo com o que se praticava para contratos da espécie, à época?

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

R. O mercado financeiro oscila freqüentemente, com grandes variações desde um ou outro estabelecimento financeiro, até decisões internas das organizações, e a situação de riscos dos tomadores; muito embora tenhamos tomado para resposta ao quesito anterior a média ponderada das taxas de juros sobre os contratos, devemos considerar a operação do mesmo período como elemento de comparação à resposta deste quesito, portanto a operação realizada no dia 02/01/96 é a que mais se aproxima das negociações entre a Autora e a Ré, e neste caso temos:

Instituição	Valor	Taxa	data	Prazo
ABC Roma	US\$7.500.000,00	26% a.a. (1,94% a.m.)	02/01/96	366 dias
Contrato A/R		2,5% a.m.	31/01/96	33 meses

A taxa de juros praticada na captação e na aplicação resulta no ágio de 28,85%, e em se tratando de repasse de custos, é muito elevado para o caso. As taxas de juros, tal qual, qualquer transação deve ser negociada entre as partes, visando, principalmente a exclusão de probabilidade de incidência de prejuízos para ambas as partes, ficando assim prejudicada a resposta à segunda questão deste quesito, uma vez que a prática de juros ocorre nas transações bancárias, e não nas operações meramente comerciais e nos acordo para eliminar inadimplência.

5. É possível verificar, pelo faturamento da Autora, se os custos financeiros suportados face ao contrato de confissão de dívidas foram repassados aos produtos vendidos (cimento)?

R. As Demonstrações Financeiras requeridas e acostadas ao presente laudo, evidenciam as operações realizadas pela Autora, comprovando a incidência das despesas financeiras sobre o faturamento anual e sobre os resultados obtidos. Para melhor formular nossa resposta, destacamos das demonstrações o que segue:

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

Exercício	Receita Total	Var. Anual	Enc. Financeiros	%
1995	9.510.051,44	100,00%	758.174,70	7,97
1996	8.049.356,43	15,36%	374.765,60	4,65
1997	9.861.961,64	3,70%	447.974,95	4,54
1998	11.987.988,28	26,05%	480.276,74	4,00

Exercício	Resultado	Result.- E.F	Enc. Financ.	%
1995	(1.395.526,18)	(637.351,40)	758.174,70	54,32
1996	(673.763,70)	(298.998,10)	374.765,60	55,62
1997	(184.252,45)	263.722,50	447.974,95	169,86
1998	54.815,44	535.092,18	480.276,74	89,75

Os custos financeiros no mesmo exercício em que foram negociada a dívida, teve participação preponderante na formação do faturamento, incidindo em 7,97% sobre a receita total, e contribuiu para a formação do prejuízo daquele exercício em 54,32%.

No exercício seguinte, embora tenha ocorrido queda de 15,36% no faturamento, os encargos financeiros igualmente foram reduzidos em 50,57%, incidindo em 4,65% sobre a receita total, e contribuiu para a formação do prejuízo daquele exercício em 55,62%.

No exercício de 1997, com a recuperação dos níveis de vendas, aos mesmo de 1995, com variação de 3,70% no faturamento, os encargos financeiros cresceram em igual proporção, incidindo em 4,54% sobre a receita total, e contribuiu para a formação do prejuízo daquele exercício na totalidade e eliminando o lucro obtido, o que correspondeu a 169,86% dos resultados desse exercício.

Por fim o ano de 1998 as demonstrações comprovam o crescimento da ordem de 26,05%, em relação a 1995, com a manutenção dos encargos financeiros em torno de 4,00%, e nesse exercício contribuiu com a redução dos lucros em 89,76%.

Esses informes são insuficiente para afirmar se houve o repasse dos custos financeiros ao faturamento, uma vez que a incidência de prejuízos são de causas diversas, contribuindo as despesas financeiras em frações preponderantes aos resultados finais obtidos em cada um dos exercícios analisados.

Ainda assim, diligenciamos no sentido de apurar por outros meios, ainda que pelo método de seleção aleatória, sobre as transações mercantis e para isso indicamos clientes da Autora e dele destacamos operações realizadas em cada um dos exercícios, para melhor responder ao quesito formulado pela Ré.

Cliente	NF	Data	Valor	Qtde.	Unitário
---------	----	------	-------	-------	----------

Variação

Província (RS)	1480	25/08/95	1.395,95	300	4,65
Silveira (SC)	1475	25/08/95	245,11	50	4,90
J.F.Belome	1225	16/08/95	618,16	130	4,75
MMM Mad	1291	18/08/95	1.453,69	300	4,85

Soma			3.712,91	780	4,7601
100,00%					

Província (RS)	3780	09/08/96	1.426,46	300	4,75
Silveira (SC)	3847	13/08/96	1.441,44	300	4,80
J.F Belome	3939	16/08/96	1.405,18	290	4,84
MMM Mad.	3862	14/08/96	1.236,83	250	4,95

Soma			5.509,91	1.140	4,8332
102,70%					

Província	12463	26/08/97	1.630,24	300	5,43
Silveira	10305	05/06/97	1.374,34	250	5,49
J.F. Belome	12269	18/08/97	1.633,64	300	5,45
MMM Mad.	12419	25/08/97	1.637,04	300	5,46

Soma			6.275,26	1.150	5.4567
114,63%					

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

A variação nos preços unitários entre 1996 e 1995 pode-se caracterizar como repasse dos custos aos preços, de um modo geral, entretanto a comparação dos dados catalogados acima não permite afirmar positivamente que houve o repasse dos custos financeiros, decorrente da negociação com Autor e Réu, posto que as vendas sofreram quedas, no faturamento da ordem de 15,36% e na produção vendida em 16,63%, conforme demonstramos abaixo:

Exercício	Vendas Totais	Quantidade vendida
1995	9.510.051,44	1.997.868 sacas
1996	8.049.356,43	1.665.430 sacas
1997	9.861.961,64	1.807.312 sacas

A recuperação no exercício seguinte foi mera aparência decorrente dos reajustes de preços, pois se a receita total cresceu 3,70 em relação ao ano de 1995, a produção vendida continuou 9,54% abaixo das vendas do mesmo exercício de 1995.

Por outro lado averiguamos os custos de aquisição de matéria prima, constatando que o aumento dos preços finais foram influenciados pelos mesmos aumentos desses custos, e das notas fiscais acostadas ao presente laudo, extraímos as seguintes informações:

Fornecedor	NF	Data	Qtde.	Valor	Unit.
Variação					
Itambé	10787	26/08/95	27,13 t	2.227,31	82,097
Itambé	45550	07/08/96	27,74 t	2.316,62	83,512
Votoran	78787	29/08/96	27,70 t	2.536,83	91,58
Soma			55,44 t	4.853,45	87,544
6,63%					
Itambé	88730	25/08/97	28,260	2.788,27	98,665
Votoran	59456	29/08/97	27,90	2.945,98	105,590
Soma			56,16	5.734,25	102,10
16,63%					

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

Os balanços apresentados pela Autora demonstra como custo dos produtos fabricados e vendidos, os seguintes valores e percentuais:

Ano	Custo	% Faturamento
1995	7.840.789,53	82,45
1996	5.876.143,06	73,00
1997	6.901.992,79	69,98
1998	8.345.444,66	69,61

Isto posto, aplicando o percentual de aumento dos custos de aquisição de matéria prima e comparando-o com a variação na receita temos:

Variação Custos	Variação Receita	Repassse ao Preço de Venda
95/96 6,63%	2,70 %	5,46 %
96/97 16,63%	14,63 %	12,13 %

Tomando por base um preço qualquer igual a 100 e aplicando os percentuais correspondentes aos repasses dos custos aos preços de vendas, teríamos como resultado final o aumento percentual de 18,25% na receita de venda, enquanto que os balanços demonstram apenas 17,72%, portanto menor do que o aumento estimado.

Neste caso podemos afirmar que os aumentos verificados nos preços dos produtos, conforme amostra no quadro de clientes, representa apenas o repasse de parte dos custos de aquisição de mercadorias, portanto, não há possibilidade do repasse dos custos financeiros do contrato objeto do presente trabalho.

***6. A Ré deu período de carência para pagamento da dívida?
Considerando tal período a taxa de juros praticada era razoável?***

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

R. Sim, o contrato de negociação dos débitos foi firmado em 31/01/96, com base nos valores atualizados pela multa diária atribuída nos editais de licitação até 31/12/95, prevendo o início dos pagamentos mensais a partir de 30/06/96, portanto havendo a carência de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato.

A carência concedida para amortização da dívida não torna a taxa de juros razoável ou não, pois a incidência de juros foi embutida no saldo devedor, que passou de R\$ 459.157,78 (Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil, Cento e Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos) para R\$ 519.494,48 (Quinhentos e dezenove Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos) mediante ao agregado de R\$ 60.337,10 (Sessenta Mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Dez Centavos) correspondente aos juros 13,14% (2,5% a.m.), capitalizado mensalmente, conforme demonstrado abaixo:

Data	Juros	Saldo Atualizado
31/01/96	11.478,94	470.636,72
28/02/96	11.765,92	482.402,64
31/03/96	12.060,07	494.462,70
30/04/96	12.361,56	506.824,26
31/05/96	12.679,62	519.494,88

e a partir daí, estabelecer o valor das prestações, conforme tabela incluída na clausula primeira, parágrafo segundo, à folha 35 dos autos. É importante lembrar que as prestações mensais foram indexadas ao IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, portanto atualizadas mensalmente..

7. Pede-se ao Sr. Expert agregar as suas respostas comentários demonstrativos necessários ao completo esclarecimento técnico da matéria questionada.

R. Agradecemos a oportunidade de expor nosso pensamento, e agregando as informações à medida em que desenvolvemos as respostas, consubstanciada nos documentos fornecidos, em cada uma das diligências.

8. Por fim indica como Assistente Técnico o Sr. Narciso Grandi, Contador registrado no CRC sob nº 9,654, com endereço para intimações na rua João Marçal nº 93, bairro Trindade, CEP 88.036.620, fones 234.75.76 ou 983.31.23.

R. Não conseguimos contatar com o Sr. Narciso pelo telefone indicado, afim de informar-lhe sobre nossos propósitos e diligências, fato que comunicamos ao procurador, que nos acompanhou nas diligências requeridas junto ao setor financeiro e setor contábil da Ré.

9. A ré protesta, ainda, por quesitos complementares enquanto durar perícia.

R. Colocamo-nos ao dispor, com o fim de melhor cumprirmos o nosso mandato.

QUESITOS DO AUTOR

1 – Qual o índice médio da taxa real de juros, correção monetária e encargos utilizados no contrato para chegar ao saldo devedor operação apresentada pela Ré?

R. 1.1 - A nota de débito 40385026407, correspondente ao edital 02/95, foi aplicada a taxa de juros de 0,200% a. d., capitalizada, correspondendo a taxa linear de 0,266% a. d.

1.2 - A nota de débito 40385036412 correspondente ao edital 03/95, cuja multa diária a ser aplicada deveria ser 0,15% a. d., consequentemente ser consignado o valor de R\$ 17.452,36 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos) e não o valor de R\$ 23.269,81 (Vinte e Tres Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Um Centavos), portanto a taxa aplicada foi 0,200% a. d.

1.3 – As demais notas de débitos foram agravadas com a taxa de 0,200% a. d.

2. As taxas de juros, correção monetária e encargos foram lançados de forma capitalizá-los. Em caso positivo, capitalização ocorria em que intervalo tempo?

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

R. Apenas o Edital 02/95, previa a multa de 0,2 a.d., capitalizável, e assim foi calculado e conforme resposta ao quesito anterior, representou a taxa diária linear de 0,266% a.d.; os demais débitos foram corrigidos pela multa de 0,2% ao dia, linearmente, multiplicando o índice pelo número de dias em atraso, atualizando o valor no dia 31.12.95.

3. No cálculo dos juros, correção monetária demais encargos, os mesmos foram feitos forma exponenciada? Em caso positivo descreva e exemplifique os efeitos exponenciamento.

R. Não. Apenas no período entre o estado de dívida (folha 38) e o plano de amortização pelo sistema francês com carência e pagamento de juros (folha 35) foram capitalizados os juros mensais, correspondente ao período 31/12/95 a 31/05/96.

4. Se existente a capitalização, determinar seu efeito real no contrato e se a cumulação da capitalização prevista no contrato com o indexador utilizado influencia no saldo devedor e de que forma.

R. A incidência de juros mensais foi capitalizada no saldo devedor correspondente ao período de 31/12/95 a 31/05/96 , que passou de R\$ 459.157,78 (Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil, Cento e Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos) para R\$ 519.494,48 (Quinhentos e dezenove Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos) mediante ao agregado de R\$ 60.337,10 (Sessenta Mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Dez Centavos) correspondente aos juros 13,14% (2,5% a.m.), capitalizado mensalmente, conforme demonstrado abaixo:

Data	Juros	Saldo Atualizado
31/01/96	11.478,94	470.636,72
28/02/96	11.765,92	482.402,64
31/03/96	12.060,06	494.462,70
30/04/96	12.361,56	506.824,26
31/05/96	12.679,62	519.494,88
Soma	60.346,10	

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

No caso de aplicação linear dos juros, este seria R\$ 11.478,94 (Onze Mil Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos), durante o período de carência estabelecido, para só então incorporar o saldo devedor e estabelecer o plano de pagamento. Neste caso o valor dos juros incidentes no período seria acumulado em R\$ 57.394,72, ou 4,88% menor do que o valor estabelecido capitalização ao saldo devedor em 31/05/96.

Neste caso, os valores componentes dos custos financeiros antes de estabelecido o saldo devedor para o plano de amortização, será influenciado a partir do estabelecimento dos valores de partida do financiamento, pois os juros capitalizados sofrerão incidência nos juros futuros, quando dos cálculos posteriores dos juros, prestações e amortizações, elevando o valor final do contrato. Por consequência, as prestações mensais indexadas pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, atualizadas mensalmente, aumentará com a incidência dos juros capitalizados.

5. *É possível determinar os valores acrescido ao capital a títulos de juros capitalizado, atualização pelo indexador, multas e de encargos do contrato?*

R. O sistema de amortização constante, pelo método francês implica no reconhecimento e pagamento prioritário dos juros mensais, com o restante da prestação amortizando o saldo devedor, ao longo do prazo estabelecido faz com que os valores se invertam, com a maior incidência dos juros na primeira prestação e menor na última, de maneira que a taxa convencionada seja cobrada mensalmente. Neste caso não é possível determinar os valores acrescido ao capital, uma vez que não há capitalização dos juros.

6. *Qual o valor original da dívida, responsabilidade da Autora, em virtude relação de compra e venda de cinzas?*

R. R\$ 339.754,90 (Trezentos e Trinta e Nove Mil, Setecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa Centavos), decorrente das notas de débitos constante nos autos a folha 38, de quadro demonstrativo.

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

7. Qual o valor da dívida original, acrescido correção monetária e juros legais, devido 31.12.95, data da assinatura da confissão considerando-se o período em atraso respectivas notas de compra.

R. Reiteramos o nosso entendimento de que no dia 31/12/95 foram adicionados apenas as multas pecuniárias estabelecida nos respectivos editais, montando ao valor de R\$ 459.157,78 (Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil, Cento e Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos), conforme demonstrativo a folha 38, entretanto ressaltamos que os cálculos correspondente ao edital 03/95 foram adicionados, correspondendo à nota de débito 40385036412, cuja multa diária a ser aplicada deveria ser 0,15% a. d., deveria ser consignado o valor de R\$ 17.452,36 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos) e não o valor de R\$ 23.269,81 (Vinte e Tres Mil Duzentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Um Centavos), portanto a taxa aplicada foi 0,200% a. d. e, assim ajustado o valor de R\$ 5.817,45 (Cinco Mil Oitocentos e Dezessete Reais e Quarenta e Cinco Centavos), o valor negociado e reconhecido da dívida deveria ser de R\$ 453.340,33 (Quatrocentos e Cinquenta e Tres Mil, Trezentos e Quarenta Reais Trinta e Três Centavos).

8. Qual o valor da dívida, tomando-se em conta o valor original confessado, acrescido correção monetária pela variação do IGP-M e juros legais, prazo conforme contrato, e pagamentos mensais, nos valores satisfeitos?

R. Para responder ao quesito foi necessário fazer simulações das prestações contratadas e pagas, e ainda promovendo as devidas retificações nos valores a amortizar, de vez que a correção dos valores pelo IGP-M incide sobre as prestações pagas e não no saldo devedor, por isso ajustamos as amortizações, trazendo ao valor presente (na data do pagamento) o devido ajuste feito no pagamento e para isso temos as seguintes respostas a considerar:

8.1 – Nas condições contratuais com juros capitalizados o saldo devedor seria o valor de R\$ 380.899,66 (Trezentos e Oitenta Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos), no fim do contrato, em 31/03/99;

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

8.2 – Considerando descabível a capitalização dos juros, durante o período de carência, mas ainda nas condições contratuais, o saldo devedor seria o valor de R\$ 347.800,22 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil, Oitocentos Reais e Vinte e Dois Centavos), no fim do contrato em 31/03/99;

8.3 – Na terceira planilha levamos em consideração o saldo inicial ajustando as penalidades do edital 03/95, cuja taxa diária é de 0,15% a. d. e não 0,20% a. d. como foi levantado em quesitos anteriores, e nas condições contratuais seria o valor de R\$ 333.274,68 (Trezentos e Trinta e Tres Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Oito Centavos);

8.4 – A Quarta planilha leva em consideração os juros legais de 12% a. a. a partir da dívida confessada em contrato, e neste caso o saldo devedor seria o valor de R\$ 66.297,37 (Sessenta e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos), atualizado até o vencimento da última prestação em 31/03/99;

8.5 – A Quinta e última planilha considera o saldo inicial contratado ajustado da cláusula 5, c do edital 03/95, levando em consideração a multa de 0,15% a. d. e apresenta como saldo final a importância de R\$ 57.794,05 (Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Cinco Centavos), atualizados até 31/03/99.

9. *E levando-se em consideração o valor da dívida original, qual seria o valor final do débito, utilizando-se dos mesmos parâmetros do quesito anterior?*

R. Em nosso entendimento a dívida original foi demonstrada na resposta do item anterior, e por isso as simulações apresentadas responde ao quesito.

10. *O demonstrativo de débito (PLANILHA V) calculado pelo valor original das notas de débito + IGF-M e Juros de 12% a.a., abatendo-se os valores já satisfeitos contém alguma impropriedade? Se positiva a resposta, qual a impropriedade? Demonstrar graficamente as diferenças encontradas em relação ao demonstrativo juntado à inicial, se houverem.*

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

R. Sim. A planilha V, constante da folha 55 dos autos, traz como saldo inicial em 31/12/95, valores corrigidos com base na planilha I, à folha 51, que ponderou a atualização do débito com base em pressupostos de correção e juros não objeto de contratação, conforme expresso na cláusula 5, c dos respectivos editais de licitação, que o auto concordou em submeter-se, no caso de inadimplência por falta de pagamento.

11. *Qual seria o saldo devedor e/ou credor da Autora em relação a dívida contraída perante a Ré, oriunda da relação de compra e venda mantida entre as partes, calculada estritamente dentro de parâmetros legais conforme acima perfilhado e ainda de acordo com os termos da inicial.*

R. A resposta ao quesito está contido numa das assertivas do quesito 8, quando oferecemos as simulações necessária à apuração do saldo devedor, e reiteramos, que para este quesito a resposta 8.5 mais se enquadra, uma vez que as operações mercantis entre ambas as partes era regido por outra espécie de contrato e não foi objeto de discussão na oportunidade de abertura dos processos licitatórios, portanto abaixo transcrevemos nossa opinião:

A Quinta e última planilha considera o saldo inicial contratado ajustado da cláusula 5, c do edital 03/95, levando em consideração a multa de 0,15% a. d. e apresenta como saldo final a importância de R\$ 57.794,05 (Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Cinco Centavos), atualizados até 31/03/99.

12. *Aplicando-se apenas os juros remuneratórios de 1% ao mês, mais correção monetária calculado por indexador legal, e em caso mora, mais juros moratórios de 1% ao calculados com capitalização anual e exponenciamento, apure o Sr. Perito montante do saldo devedor, partindo contrato analisado.*

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

R. A resposta ao quesito nos remete para apreciação da planilha I (folha 51) combinado com a planilha V (folha 55), demonstrando o saldo credor de R\$ 26.686,55 (Vinte e Seis Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), o que não reflete, de forma alguma, conforme demonstrado ao longo de nosso trabalho a nossa opinião, uma vez que a mora empregada no contrato de confissão e parcelamento de dívida originou, não na cobrança de juros ou quaisquer outras incidências financeiras que se queiram nominar, a não ser que seja a penalidade atribuída nos editais pelo atraso nos pagamentos das respectivas notas de débitos.

Luiz Antônio Costa

Contador (CRC/SC 6993-O-3) e Administrador (CRA/12ª R – 0364)

Rua Ataulfo Alves, 135, Roçado, São José, SC, Fone (048) 259-0143

Conclusão

Dos estudos desenvolvidos na leitura atenta do processo, das diligências empreendidas e juntada de documentos que reputamos importante na formulação de nossa opinião, e na resposta aos quesitos formulados por ambas as partes, o nosso trabalho objetiva unicamente prestar ao Magistrado, a devida ajuda de nossos conhecimentos técnicos acerca das transações contábeis realizadas pela Autora, com seus clientes, fornecedores e com a Ré e da mesma forma, da Ré com seus clientes, fornecedores e instituições financeiras, averiguando as condições requeridas pelos procuradores na elaboração dos quesitos, bem como na intrincadas planilhas que procuram demonstrar as operações financeiras realizadas entre as partes, com a incidência de juros moratórios, multas, juros remuneratórios, e outros agregados que possibilitem a melhor avaliação do estado de dívida contraída de uma para com a outra parte.

Efetivamente encontramos algumas irregularidades que modificaram a situação contratual, e no nosso entender provoca reflexos no resultado final da relação entre Autora e Ré, e por isso não poderemos nos furtar de oferecer a nossa opinião sobre tantos dados que registramos ao longo do trabalho, e chamamos a atenção do Magistrado para as respostas ao quesito 8 da Autora, onde as simulações demonstram o provável estado de dívida, do ponto de vista da Ré, e considerando o regime contratual, a resposta 8.3 assegura a importância de R\$ 333.274,68 (Trezentos e Trinta e Tres Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Oito Centavos); do ponto de vista da Autora, pleiteando a incidência de juros legais, negando as taxas contratuais de 2,5%, acrescido de indexador econômico para variação do IGP-M, com os devidos ajustes das irregularidades mencionadas, a resposta 8.5 aponta um saldo devedor de R\$ 57.794,05 (Cinquenta e Sete Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Cinco Centavos).

Assim, esperando ter honrado o compromisso assumido neste trabalho, agradecemos a oportunidade de nos ter permitido auxiliar a Justiça na busca da verdade, colocamo-nos a disposição para os devidos esclarecimentos que forem necessários.

Florianópolis, SC, 14 de junho de 1999.

Luiz A. Costa
Perito Judicial

ANEXO 3
Planilha de Cálculo

CALCULO CONFORME CONTRATO.

Vlr.Lib.: 459.157,78

PRAZO: 30 MESES

DATA 31/12/95

TAXA: 34,49% a.a

:

31/1

2/95

RESIDUAL:

RESIDUAL: 0,00%

PER	DATA	SALDO	JUROS	PRINCIPAL	PRESTACAO	INDICE	IGPM%	PRESTACAO
	31/12/95	459.157,78				1,000		
	31/01/96	470.636,72	11.478,94			1,017	1,73	
	29/02/96	482.402,64	11.765,92			1,027	0,97	
	31/03/96	494.462,71	12.060,07			1,031	0,40	
	30/04/96	506.824,28	12.361,57			1,035	0,32	
	31/05/96	519.494,88	12.670,61			1,051	1,55	
	30/06/96	532.482,26	12.987,37			1,061	1,02	
	31/07/96	545.794,31	13.312,06			1,076	1,35	
	31/08/96	559.439,17	13.644,86			1,079	0,28	
	30/09/96	573.425,15	13.985,98			1,080	0,10	
1	31/10/96	562.449,08	14.335,63	10.976,07	25.311,70	1,082	0,19	27.396,90
2	30/11/96	551.236,42	14.061,23	11.212,67	25.273,89	1,084	0,20	27.396,90
3	31/12/96	539.928,59	13.780,91	11.307,83	25.088,74	1,092	0,73	27.396,90
4	31/01/97	526.498,57	13.498,21	13.430,02	26.928,24	1,111	1,77	29.917,27
5	28/02/97	512.860,70	13.162,46	13.637,86	26.800,33	1,116	0,43	29.917,41
6	31/03/97	499.183,19	12.821,52	13.677,52	26.499,03	1,129	1,15	29.917,41
7	30/04/97	485.327,02	12.479,58	13.856,17	26.335,75	1,136	0,68	29.917,41
8	31/05/97	471.187,12	12.133,18	14.139,90	26.273,07	1,139	0,21	29.917,41
9	30/06/97	456.883,62	11.779,68	14.303,50	26.083,18	1,147	0,74	29.917,41
10	31/07/97	442.249,43	11.422,09	14.634,19	26.056,28	1,148	0,09	29.917,41
11	31/08/97	427.276,28	11.056,24	14.973,15	26.029,39	1,149	0,09	29.917,41
12	30/09/97	412.055,66	10.681,91	15.220,61	25.902,52	1,155	0,48	29.917,41
13	31/10/97	396.543,93	10.301,39	15.511,73	25.813,12	1,159	0,37	29.917,41
14	30/11/97	380.799,37	9.913,60	15.744,56	25.658,16	1,166	0,64	29.917,41
15	31/12/97	364.879,38	9.519,98	15.919,99	25.439,97	1,176	0,84	29.917,41
16	31/01/98	346.845,80	9.121,98	18.033,58	27.155,57	1,187	0,96	32.233,66
17	28/02/98	328.407,05	8.671,14	18.438,75	27.109,89	1,189	0,18	32.233,66
18	31/03/98	309.568,44	8.210,18	18.838,61	27.048,78	1,192	0,19	32.233,66
19	30/04/98	290.300,71	7.739,21	19.267,73	27.006,95	1,194	0,13	32.233,66
20	31/05/98	297.558,23	7.257,52	(7.257,52)	0,00	1,196	0,14	0,00
21	30/06/98	304.997,18	7.438,96	(7.438,96)	0,00	1,201	0,38	0,00
22	31/07/98	312.622,11	7.624,93	(7.624,93)	0,00	1,199	-0,17	0,00
23	31/08/98	320.437,67	7.815,55	(7.815,55)	0,00	1,196	-0,16	0,00
24	30/09/98	328.448,61	8.010,94	(8.010,94)	0,00	1,195	-0,08	0,00
25	31/10/98	336.659,82	8.211,22	(8.211,22)	0,00	1,196	0,08	0,00
26	30/11/98	345.076,32	8.416,50	(8.416,50)	0,00	1,192	-0,32	0,00
27	31/12/98	353.703,23	8.626,91	(8.626,91)	0,00	1,198	0,45	0,00
28	31/01/99	362.545,81	8.842,58	(8.842,58)	0,00	1,210	0,84	0,00
29	28/02/99	371.609,45	9.063,65	(9.063,65)	0,00	1,263	3,61	0,00
30	31/03/99	380.899,66	9.290,24	(9.290,24)	0,00	1,308	2,83	0,00
TOTAIS			419.556,47	192.525,46	497.814,56			570.134,12

CALCULO CONFORME CONTRATO.

Vlr.Lib.: 459.157,78

PRAZO: 30 MESES

DATA 31/12/95

TAXA: 2,5% a m

:

34,49% a.a

31/1

2/95

RESIDUAL:

RESIDUAL:

PER	DATA	SALDO	JUROS	PRINCIPAL	PRESTACAO	INDICE	IGPM%	PRESTACAO
	31/12/95	459.157,78				1,000		
	31/01/96	470.636,72	11.478,94			1,017	1,73	
	29/02/96	482.115,67	11.478,94			1,027	0,97	
	31/03/96	493.594,61	11.478,94			1,031	0,40	
	30/04/96	505.073,56	11.478,94			1,035	0,32	
	31/05/96	516.552,50	11.478,94			1,051	1,55	
	30/06/96	528.031,45	11.478,94			1,061	1,02	
	31/07/96	539.510,39	11.478,94			1,076	1,35	
	31/08/96	550.989,34	11.478,94			1,079	0,28	
	30/09/96	562.468,28	11.478,94			1,080	0,10	
1	31/10/96	551.218,29	14.061,71	11.249,99	25.311,70	1,082	0,19	27.396,90
2	30/11/96	539.724,86	13.780,46	11.493,44	25.273,89	1,084	0,20	27.396,90
3	31/12/96	528.129,24	13.493,12	11.595,61	25.088,74	1,092	0,73	27.396,90
4	31/01/97	514.404,24	13.203,23	13.725,00	26.928,24	1,111	1,77	29.917,27
5	28/02/97	500.464,01	12.860,11	13.940,22	26.800,33	1,116	0,43	29.917,41
6	31/03/97	486.476,58	12.511,60	13.987,43	26.499,03	1,129	1,15	29.917,41
7	30/04/97	472.302,75	12.161,91	14.173,83	26.335,75	1,136	0,68	29.917,41
8	31/05/97	457.837,24	11.807,57	14.465,50	26.273,07	1,139	0,21	29.917,41
9	30/06/97	443.199,99	11.445,93	14.637,25	26.083,18	1,147	0,74	29.917,41
10	31/07/97	428.223,71	11.080,00	14.976,28	26.056,28	1,148	0,09	29.917,41
11	31/08/97	412.899,91	10.705,59	15.323,79	26.029,39	1,149	0,09	29.917,41
12	30/09/97	397.319,89	10.322,50	15.580,02	25.902,52	1,155	0,48	29.917,41
13	31/10/97	381.439,77	9.933,00	15.880,13	25.813,12	1,159	0,37	29.917,41
14	30/11/97	365.317,60	9.535,99	16.122,16	25.658,16	1,166	0,64	29.917,41
15	31/12/97	349.010,57	9.132,94	16.307,03	25.439,97	1,176	0,84	29.917,41
16	31/01/98	330.580,27	8.725,26	18.430,30	27.155,57	1,187	0,96	32.233,66
17	28/02/98	311.734,88	8.264,51	18.845,38	27.109,89	1,189	0,18	32.233,66
18	31/03/98	292.479,47	7.793,37	19.255,41	27.048,78	1,192	0,19	32.233,66
19	30/04/98	272.784,51	7.311,99	19.694,96	27.006,95	1,194	0,13	32.233,66
20	31/05/98	279.604,12	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,196	0,14	0,00
21	30/06/98	286.423,74	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,201	0,38	0,00
22	31/07/98	293.243,35	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,199	-0,17	0,00
23	31/08/98	300.062,96	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,196	-0,16	0,00
24	30/09/98	306.882,57	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,195	-0,08	0,00
25	31/10/98	313.702,19	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,196	0,08	0,00
26	30/11/98	320.521,80	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,192	-0,32	0,00
27	31/12/98	327.341,41	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,198	0,45	0,00
28	31/01/99	334.161,02	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,210	0,84	0,00
29	28/02/99	340.980,64	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,263	3,61	0,00
30	31/03/99	347.800,22	6.819,61	(6.819,61)	0,00	1,308	2,83	0,00
TOTAIS			386.457,03	214.668,03	497.814,56			570.134,12

CALCULO CONFORME CONTRATO.

Vir.Lib.: 459.157,78

PRAZO: 30 MESES

DATA 31/12/95

TAXA: 2,5% a m

:

34,49% a.a

31/1

2/95

RESIDUAL:

RESIDUAL:

PER	DATA	SALDO	JUROS	PRINCIPAL	PRESTACAO	INDICE	IGPM%	PRESTACAO
	31/12/95	453.340,33				1,000		
	31/01/96	464.673,84	11.333,51			1,017	1,73	
	29/02/96	476.007,35	11.333,51			1,027	0,97	
	31/03/96	487.340,85	11.333,51			1,031	0,40	
	30/04/96	498.674,36	11.333,51			1,035	0,32	
	31/05/96	510.007,87	11.333,51			1,051	1,55	
	30/06/96	521.341,38	11.333,51			1,061	1,02	
	31/07/96	532.674,89	11.333,51			1,076	1,35	
	31/08/96	544.008,40	11.333,51			1,079	0,28	
	30/09/96	555.341,90	11.333,51			1,080	0,10	
1	31/10/96	543.913,76	13.883,55	11.428,15	25.311,70	1,082	0,19	27.396,90
2	30/11/96	532.237,71	13.597,84	11.676,05	25.273,89	1,084	0,20	27.396,90
3	31/12/96	520.454,91	13.305,94	11.782,79	25.088,74	1,092	0,73	27.396,90
4	31/01/97	506.538,05	13.011,37	13.916,86	26.928,24	1,111	1,77	29.917,27
5	28/02/97	492.401,17	12.663,45	14.136,88	26.800,33	1,116	0,43	29.917,41
6	31/03/97	478.212,17	12.310,03	14.189,01	26.499,03	1,129	1,15	29.917,41
7	30/04/97	463.831,72	11.955,30	14.380,44	26.335,75	1,136	0,68	29.917,41
8	31/05/97	449.154,45	11.595,79	14.677,28	26.273,07	1,139	0,21	29.917,41
9	30/06/97	434.300,13	11.228,86	14.854,32	26.083,18	1,147	0,74	29.917,41
10	31/07/97	419.101,34	10.857,50	15.198,78	26.056,28	1,148	0,09	29.917,41
11	31/08/97	403.549,49	10.477,53	15.551,85	26.029,39	1,149	0,09	29.917,41
12	30/09/97	387.735,71	10.088,74	15.813,78	25.902,52	1,155	0,48	29.917,41
13	31/10/97	371.615,98	9.693,39	16.119,73	25.813,12	1,159	0,37	29.917,41
14	30/11/97	355.248,22	9.290,40	16.367,76	25.658,16	1,166	0,64	29.917,41
15	31/12/97	338.689,45	8.881,21	16.558,77	25.439,97	1,176	0,84	29.917,41
16	31/01/98	320.001,12	8.467,24	18.688,33	27.155,57	1,187	0,96	32.233,66
17	28/02/98	300.891,26	8.000,03	19.109,86	27.109,89	1,189	0,18	32.233,66
18	31/03/98	281.364,75	7.522,28	19.526,50	27.048,78	1,192	0,19	32.233,66
19	30/04/98	261.391,93	7.034,12	19.972,83	27.006,95	1,194	0,13	32.233,66
20	31/05/98	267.926,73	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,196	0,14	0,00
21	30/06/98	274.461,52	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,201	0,38	0,00
22	31/07/98	280.996,32	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,199	-0,17	0,00
23	31/08/98	287.531,12	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,196	-0,16	0,00
24	30/09/98	294.065,92	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,195	-0,08	0,00
25	31/10/98	300.600,72	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,196	0,08	0,00
26	30/11/98	307.135,51	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,192	-0,32	0,00
27	31/12/98	313.670,31	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,198	0,45	0,00
28	31/01/99	320.205,11	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,210	0,84	0,00
29	28/02/99	326.739,91	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,263	3,61	0,00
30	31/03/99	333.274,68	6.534,80	(6.534,80)	0,00	1,308	2,83	0,00
TOTAIS			377.748,94	222.067,20	497.814,56			570.134,12

CALCULO COM JUROS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.

Vlr.Lib.: 453.340,33

PRAZO: 30 MESES

DATA 31/12/95

TAXA: 12% a.a.

:

34,49% a.a

31/1

2/95

RESIDUAL:

RESIDUAL:

PER	DATA	SALDO	JUROS	PRINCIPAL	PRESTACAO	INDICE	IGPM%	PRESTACAO
	31/12/95	453.340,33				1,000		
	31/01/96	457.873,73	4.533,40			1,017	1,73	
	29/02/96	462.407,14	4.533,40			1,027	0,97	
	31/03/96	466.940,54	4.533,40			1,031	0,40	
	30/04/96	471.473,94	4.533,40			1,035	0,32	
	31/05/96	476.007,35	4.533,40			1,051	1,55	
	30/06/96	480.540,75	4.533,40			1,061	1,02	
	31/07/96	485.074,15	4.533,40			1,076	1,35	
	31/08/96	489.607,56	4.533,40			1,079	0,28	
	30/09/96	494.140,96	4.533,40			1,080	0,10	
1	31/10/96	473.770,67	4.941,41	20.370,29	25.311,70	1,082	0,19	27.396,90
2	30/11/96	453.234,49	4.737,71	20.536,19	25.273,89	1,084	0,20	27.396,90
3	31/12/96	432.678,10	4.532,34	20.556,39	25.088,74	1,092	0,73	27.396,90
4	31/01/97	410.076,64	4.326,78	22.601,45	26.928,24	1,111	1,77	29.917,27
5	28/02/97	387.377,08	4.100,77	22.699,56	26.800,33	1,116	0,43	29.917,41
6	31/03/97	364.751,82	3.873,77	22.625,26	26.499,03	1,129	1,15	29.917,41
7	30/04/97	342.063,59	3.647,52	22.688,23	26.335,75	1,136	0,68	29.917,41
8	31/05/97	319.211,15	3.420,64	22.852,44	26.273,07	1,139	0,21	29.917,41
9	30/06/97	296.320,08	3.192,11	22.891,07	26.083,18	1,147	0,74	29.917,41
10	31/07/97	273.227,00	2.963,20	23.093,08	26.056,28	1,148	0,09	29.917,41
11	31/08/97	249.929,88	2.732,27	23.297,12	26.029,39	1,149	0,09	29.917,41
12	30/09/97	226.526,66	2.499,30	23.403,22	25.902,52	1,155	0,48	29.917,41
13	31/10/97	202.978,80	2.265,27	23.547,86	25.813,12	1,159	0,37	29.917,41
14	30/11/97	179.350,43	2.029,79	23.628,37	25.658,16	1,166	0,64	29.917,41
15	31/12/97	155.703,96	1.793,50	23.646,47	25.439,97	1,176	0,84	29.917,41
16	31/01/98	130.105,43	1.557,04	25.598,53	27.155,57	1,187	0,96	32.233,66
17	28/02/98	104.296,60	1.301,05	25.808,84	27.109,89	1,189	0,18	32.233,66
18	31/03/98	78.290,78	1.042,97	26.005,82	27.048,78	1,192	0,19	32.233,66
19	30/04/98	52.066,74	782,91	26.224,04	27.006,95	1,194	0,13	32.233,66
20	31/05/98	52.587,41	520,67	(520,67)	0,00	1,196	0,14	0,00
21	30/06/98	53.108,08	520,67	(520,67)	0,00	1,201	0,38	0,00
22	31/07/98	53.628,74	520,67	(520,67)	0,00	1,199	-0,17	0,00
23	31/08/98	54.149,41	520,67	(520,67)	0,00	1,196	-0,16	0,00
24	30/09/98	54.670,08	520,67	(520,67)	0,00	1,195	-0,08	0,00
25	31/10/98	55.190,75	520,67	(520,67)	0,00	1,196	0,08	0,00
26	30/11/98	55.711,41	520,67	(520,67)	0,00	1,192	-0,32	0,00
27	31/12/98	56.232,08	520,67	(520,67)	0,00	1,198	0,45	0,00
28	31/01/99	56.752,75	520,67	(520,67)	0,00	1,210	0,84	0,00
29	28/02/99	57.273,42	520,67	(520,67)	0,00	1,263	3,61	0,00
30	31/03/99	57.794,05	520,67	(520,67)	0,00	1,308	2,83	0,00
TOTAIS			102.268,31	436.346,88	497.814,56			570.134,12

CALCULO COM JUROS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.

Vlr.Lib.: 459.157,78

PRAZO: 30 MESES

DATA 31/12/95

TAXA: 12% a.a.

:

34,49% a.a

31/1

2/95

RESIDUAL:

RESIDUAL:

PER	DATA	SALDO	JUROS	PRINCIPAL	PRESTACAO	INDICE	IGPM%	PRESTACAO
	31/12/95	459.157,78				1,000		
	31/01/96	463.749,36	4.591,58			1,017	1,73	
	29/02/96	468.340,94	4.591,58			1,027	0,97	
	31/03/96	472.932,51	4.591,58			1,031	0,40	
	30/04/96	477.524,09	4.591,58			1,035	0,32	
	31/05/96	482.115,67	4.591,58			1,051	1,55	
	30/06/96	486.707,25	4.591,58			1,061	1,02	
	31/07/96	491.298,82	4.591,58			1,076	1,35	
	31/08/96	495.890,40	4.591,58			1,079	0,28	
	30/09/96	500.481,98	4.591,58			1,080	0,10	
1	31/10/96	480.175,10	5.004,82	20.306,88	25.311,70	1,082	0,19	27.396,90
2	30/11/96	459.702,96	4.801,75	20.472,14	25.273,89	1,084	0,20	27.396,90
3	31/12/96	439.211,26	4.597,03	20.491,71	25.088,74	1,092	0,73	27.396,90
4	31/01/97	416.675,13	4.392,11	22.536,12	26.928,24	1,111	1,77	29.917,27
5	28/02/97	394.041,56	4.166,75	22.633,58	26.800,33	1,116	0,43	29.917,41
6	31/03/97	371.482,94	3.940,42	22.558,62	26.499,03	1,129	1,15	29.917,41
7	30/04/97	348.862,02	3.714,83	22.620,92	26.335,75	1,136	0,68	29.917,41
8	31/05/97	326.077,57	3.488,62	22.784,45	26.273,07	1,139	0,21	29.917,41
9	30/06/97	303.255,16	3.260,78	22.822,41	26.083,18	1,147	0,74	29.917,41
10	31/07/97	280.231,43	3.032,55	23.023,73	26.056,28	1,148	0,09	29.917,41
11	31/08/97	257.004,36	2.802,31	23.227,07	26.029,39	1,149	0,09	29.917,41
12	30/09/97	233.671,88	2.570,04	23.332,48	25.902,52	1,155	0,48	29.917,41
13	31/10/97	210.195,47	2.336,72	23.476,40	25.813,12	1,159	0,37	29.917,41
14	30/11/97	186.639,27	2.101,95	23.556,20	25.658,16	1,166	0,64	29.917,41
15	31/12/97	163.065,69	1.866,39	23.573,58	25.439,97	1,176	0,84	29.917,41
16	31/01/98	137.540,78	1.630,66	25.524,91	27.155,57	1,187	0,96	32.233,66
17	28/02/98	111.806,30	1.375,41	25.734,48	27.109,89	1,189	0,18	32.233,66
18	31/03/98	85.875,58	1.118,06	25.930,72	27.048,78	1,192	0,19	32.233,66
19	30/04/98	59.727,39	858,76	26.148,19	27.006,95	1,194	0,13	32.233,66
20	31/05/98	60.324,66	597,27	(597,27)	0,00	1,196	0,14	0,00
21	30/06/98	60.921,93	597,27	(597,27)	0,00	1,201	0,38	0,00
22	31/07/98	61.519,21	597,27	(597,27)	0,00	1,199	-0,17	0,00
23	31/08/98	62.116,48	597,27	(597,27)	0,00	1,196	-0,16	0,00
24	30/09/98	62.713,75	597,27	(597,27)	0,00	1,195	-0,08	0,00
25	31/10/98	63.311,03	597,27	(597,27)	0,00	1,196	0,08	0,00
26	30/11/98	63.908,30	597,27	(597,27)	0,00	1,192	-0,32	0,00
27	31/12/98	64.505,58	597,27	(597,27)	0,00	1,198	0,45	0,00
28	31/01/99	65.102,85	597,27	(597,27)	0,00	1,210	0,84	0,00
29	28/02/99	65.700,12	597,27	(597,27)	0,00	1,263	3,61	0,00
30	31/03/99	66.297,37	597,27	(597,27)	0,00	1,308	2,83	0,00
TOTAIS			104.954,18	434.184,58	497.814,56			570.134,12